



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTIVEIS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1713/03	DATA: 16/10/03
INÍCIO: 12h17min	TÉRMINO: 15h21min	DURAÇÃO: 03h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h49min	PÁGINAS: 76	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO – Responsável pela empresa Apolo Petróleo Ltda.
CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA – Responsável pela empresa Apolo Petróleo Ltda.
ELIANA KOTAKI BOTELHO – Responsável pela empresa Apolo Petróleo Ltda.
ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Responsável pela empresa Apolo Petróleo Ltda.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
A reunião foi suspensa e reaberta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ordem do Dia. A presente reunião destina-se a audiência pública para tomada de depoimento da Sra. Carolina de Medeiros Mariano da Silva, Eliana Kotaki Botelho, Alexandre Magno da Costa Maciel, Joaquim Mariano da Silva Neto e André Luiz Dias, responsáveis pela Apolo Petróleo Ltda. Antes de convidar os depoentes a fazerem parte da Mesa, quero consultar o Plenário acerca do procedimento nesta sessão. De acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal, os depoentes devem ser ouvidos separadamente, para que um não possa influenciar no depoimento do outro. Consulto o Plenário se está de acordo, porque essa é a modalidade...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidenta, a minha intenção inclusive era requerer, se a senhora não propusesse, esse procedimento. Acho indispensável, diante dos documentos que a diligência a que procedemos ontem traz a esta CPI. Protocolei ontem inclusive cópias dos documentos por mim trazidos. Gostaria de solicitar que fossem feitos os depoimentos, em caráter individual, de cada um dos depoentes.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Antes de mais nada, quero esclarecer que a ausência do Deputado Carlos Santana deve-se a um compromisso de representação do Exmo. Sr. Presidente da República no Rio de Janeiro...

(Não identificado) - Boa viagem, Presidente. Boa viagem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Ontem, até tarde, anteontem, até de madrugada, a matéria já é conhecida, já estiveram aqui depondo e estão retornando a depor. Eu acho que devemos fazer todos de uma vez só, para ganhar tempo e cada um responder no horário que tem que responder. Coloque em votação. Eu prefiro que seja em votação, que o outro Plenário seja soberano para decidir sobre a matéria.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Ouço o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu não teria nada a objetar à colocação de V.Exa., salvo se tivéssemos feito isso sempre. Não fizemos isso. Como V.Exa. ontem ponderou acerca da nossa iniciativa de decretação de prisão, até numa reunião reservada, o problema é que não fizemos isso antes. Eu não me sinto bem de ter ouvido todo o mundo junto aqui num dia e agora botá-los em separado. Se há um dispositivo no Código de Processo Penal — eu até acredito que haja, não o conheço —, deveria ter sido feito sempre. Lamento que não tenha sido trazido à direção dos trabalhos o assessoramento para a orientação de como deveria ter sido a tomada dos depoimentos, porque esta decisão agora, se a gente for adotá-la, pode pôr em risco a legalidade dos depoimentos já tomados.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Em absoluto, Deputado. Vou esclarecer a V.Exa. Se anteriormente essa decisão não foi tomada, cabe a esta Presidência colocá-la no seu entendimento, que é o entendimento mais legal possível. Não haverá prejuízo; pelo contrário, estaremos dentro do âmbito da legalidade. É assim que estabelece o Código de Processo Penal e assim eu gostaria de fazer. No entanto, em respeito aos procedimentos adotados anteriormente, estou submetendo-o ao Plenário. Poderia não submetê-lo, poderia sempre estabelecer obedecer ao Código de Processo Penal...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu prefiro que seja em conjunto, para que siga a mesma linha que foi feita antes.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. vai ter a oportunidade de votar. Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, outra coisa que queria colocar em relação aos blocos: em toda oitiva, aqui falam alguns Deputados, fazem as suas perguntas, 3, 4, 5 Deputados; depois, o depoente vem e responde; depois, outro bloco. Sempre foi feito assim. Vou perguntar à senhora como é que vão ser dirigidos os trabalhos: vai ser dessa forma como é feito para todos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Por favor, Deputado, pergunte novamente. Eu estava consultando o Código Penal.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, todas as vezes que vem alguém para depor, é feito em blocos. Quatro a 5 Deputados fazem suas perguntas, depois, o depoente responde. Aí, entra outro bloco de mais 4 Deputados e assim sucessivamente. Agora, alguns casos são diferenciados. Eu quero que V.Exa. coloque também em votação para que o Plenário decida isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Sim, nós podemos estabelecer uma questão, que acho que é importante e que vai produzir melhor resultado, que seria colocar o tempo necessário para as perguntas e que cada pergunta feita fosse respondida imediatamente. Eu gostaria de citar aqui o art. 210 do Código de Processo Penal, que diz o seguinte: “Art. 210 *As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam o depoimento das outras*”. Isso é o que diz o Código de Processo Penal. Agora, se V.Exas. acharem de bom alvitre e entenderem que isso não prevalece, esta Presidência passa por cima do Código de Processo Penal e acata o procedimento colocado até agora pela Presidência anterior. O Plenário pode dirimir essa dúvida. Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidenta, eu acredito que nós estamos diante de um depoimento extremamente importante. Nós já temos sofrido o atropelo de intervenção da Justiça, por falhas operacionais nossas ou não. Entendo que nós devemos respeitar o que dispõe o Código de Processo Civil, para que possamos garantir a isenção inclusive nesses depoimentos. Acredito que há no material trazido a esta CPI, à disposição de todos os Srs. Deputados desde ontem, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo... Que coloca em questão inclusive a necessidade de ouvirmos separadamente, sob pena de, não o fazendo, estarmos facilitando o crime, ao invés de investigar o crime, na medida em que há flagrante articulação entre os depoentes no sentido de coibir as investigações. Nesse sentido, eu requeiro, então, a manutenção da nossa submissão, de acordo com a proposta da nobre Presidenta, que estabelece obediência ao Código de Processo Civil.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sra. Presidenta, para contrapor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Alexandre Santos.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu acho que tem sido rotina desta Comissão ouvir os depoimentos das pessoas em conjunto, até mesmo porque acrescenta informações, enriquece o contraditório e faz com que nós possamos também adiantar as nossas audiências aqui, que têm sido, em determinados momentos, inadmissíveis, terminando 2, 3 horas da manhã. Portanto, para que não se quebre a rotina até então empregada nesta Comissão, para que nós possamos agilizar os trabalhos e buscar com maior rapidez as informações necessárias, eu solicito, Sra. Presidenta, que se faça como se vem fazendo até então nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado José Carlos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Presidenta, primeiro parabenizá-la pela condução dos trabalhos agora desta sessão. Segundo, Sra. Presidenta, decisão judicial se cumpre. Cabe a nós discuti-la como manda a Constituição Federal. Nós não vamos nos rebelar e, com os nossos advogados, tentar derrubar. Neste momento, nós temos que cumpri-la. Mas, como diz o Deputado Luciano Zica, com o qual concordo, embora discorde de S.Exa. quando diz que os documentos estão desde ontem, Sra. Presidenta... Deputado Luciano Zica, desde ontem, 11 horas da noite e, hoje de manhã, nós começamos... Quer dizer, não houve tempo hábil para que ninguém pudesse examinar os documentos que chegaram através do trabalho memorável feito ontem pelo Deputado Luciano Zica, pelo Deputado Bornier, pelo Deputado André Luiz, que foi um trabalho realmente maravilhoso que foi feito lá. Agora, eu concordo e acho que nós devemos fazer a inquirição como manda a lei, respeitando o Código Processual Civil. Era isso que eu queria dizer.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidenta, eu dei notícia ontem a esta Comissão que estivemos lá — eu, o Deputado André Luiz, juntamente com 2 agentes da Polícia Federal — e trouxemos aqui à apreciação da Comissão os computadores apreendidos, as notas fiscais, compra/venda, controle de estoque e



tudo mais. Enfim, até paralisamos a empresa — a verdade é essa — no sentido do seu funcionamento. Acho, sim, oportuno e já disse inclusive ao Deputado Eduardo Cunha, que é o grande responsável pela verificação desses documentos, que se faz necessário realmente nos debruçarmos a partir de segunda-feira, quando parece que o Deputado Eduardo Cunha está vindo, no exame desses documentos, para xerocopiar, para tirar realmente cópia do que for necessário, até para devolução. E mais do que isso ainda, eu pude constatar — eu estou falando como profissional do ramo de contabilidade, e não como Deputado — que não se justifica uma fiscalização de 1 ano e 7 meses de documentos apreendidos. Far-se-ia jus até chamar esses fiscais aqui, a própria Secretaria de Fazenda e o próprio Secretário de Fazenda, a fim de virem aqui dar o porquê da apreensão de todo documento. Se você autua uma empresa, xerocopia, tira os documentos necessários, você não pode cercear o direito de outra fiscalização, de outra repartição, de outro órgão poder fiscalizar essa empresa. A mesma coisa eu fiz ontem, quando tirei a minha responsabilidade da entrega desses documentos, porque lá eu deixei um termo assinado de tudo o que eu trouxe e de que se faz necessário, na realidade, esse exame. Então, eu quero deixar claro aqui e peço realmente que a Comissão providencie as cópias xerox e examine os documentos, porque eu não quero ficar com responsabilidade nas costas — aí eu estou falando como pessoa física — de apreender realmente essa documentação, deixando a firma sem funcionamento, e também de futuras fiscalizações que possam receber. Estou falando isso com responsabilidade, como cidadão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, eu me lembro, não faz muito tempo, nós convocamos aqui a Refinaria de Manguinhos e a Esso. Começaram a ser requeridas as perguntas e as respostas e se passou muito tempo, quase 5 horas, e não deu tempo de ouvir a Esso. Mas a Esso não foi convidada, em nenhum momento, para sair do plenário, assistiu a todo o depoimento. E, depois, foi suspensa a sessão e marcada uma outra data.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Que sessão?



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - O Deputado Luciano Zica estava presente aqui e outros depoimentos... Por que vamos diferenciar agora se, desde o começo, foi assim? Quer dizer que... eu acho que tem que ser igual para todos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Só para complementar, Sra. Presidenta, eu gostaria de dizer o seguinte: o Deputado André Luiz lembrou... eu falei de outros depoimentos, de as pessoas juntas estarem prontas a receber, mas o que ele falou ainda é mais grave. Todos os depoentes, aqueles que ainda não estavam na hora de depor, estavam aqui na platéia assistindo, o que é também proibido.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, mas a CPI faltando uma semana... Aí, agora, a gente muda... Eu estou muito preocupado, entendeu, é uma coisa extremamente...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para mim, é absurdamente irrelevante. Eu quero colocar um complemento que o Deputado Nelson Bornier falou. É o seguinte: eu vou pedir para a minha equipe começar a trabalhar a partir de hoje; eu trabalho nesse assunto a partir de segunda-feira. Quem levantou os principais pontos fui eu. Eu fui o primeiro a inquirir a empresa que veio aqui na última sessão e, a partir daí, desenrolaram-se os depoimentos. Eu tenho que examinar... Eu saí daqui uma e pouco da madrugada anteontem. Ontem, eu estava disponível às 9, ontem saímos daqui 11 e meia. Eu estava aqui hoje às 5 para as 9 e sou humano. Não há condição nenhuma de examinar esta documentação toda que está aí nesse tempo de ontem, de 11 e meia da noite até agora, 9 horas da manhã. Então, é claro que não me sinto em condições de acrescentar muito mais coisas ao que já foi acrescentado no depoimento de anteontem. Eu espero e tenho quase absoluta certeza de que vamos encontrar problemas no exame da documentação, pelo sentimento que a gente tem dos depoimentos que foram colocados, até para acelerar, para não ficar repetitivo, porque não há muito fato novo depois de 4 horas de anteontem, sem exame da documentação, do que tem agora. Então, eu pediria que fosse junto, até para uma economia de tempo, para a gente não ficar aqui até as 10 horas da noite da



quinta-feira e não conseguir acrescentar mais nada sem o exame da documentação. Essa é a ponderação que eu faço.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidenta,...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidenta, eu gostaria de colocar o seguinte: eu me sinto... Passei, depois que saímos ontem, duas horas analisando os documentos que protocolei na Comissão, e acredito que há uma série de questões e que é fundamental que os depoimentos se dêem de forma separada, não conjuntamente. Os argumentos do Deputado Eduardo Cunha frente aos documentos apreendidos na empresa fazem sentido, mas não na mudança... não com relação ao método. Se for para atender a essa preocupação, nós temos que suspender o depoimento e marcar uma nova data.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sra. Presidenta. Vamos colocar em votação. O Plenário é soberano para decidir a matéria.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Porque, do contrário, eu acredito que nós estaremos beneficiando o crime, e não a investigação. Nós estamos diante de uma ação criminosa, grave, e, na minha opinião, o depoimento dos 4 depoentes, simultaneamente presentes aqui, independente de erros que possamos ter cometido, que deveriam ter sido levantados se eram interpretados como erros por nós...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Foram todos, foram todos erros. Porque todos foram assim.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Agora, neste caso, eu tenho argumentos e questionamentos a fazer aqui, que com certeza... os documentos estão à disposição. Eu concordaria com a marcação de um novo horário, uma nova data, para que fossem ouvidos cada um separadamente — D. Carolina, o Sr. Joaquim Mariano, o Sr. Alexandre, todos os depoentes. Do contrário, nós estaremos facilitando para que nós não concluamos bem o nosso trabalho. Então, nesse sentido, eu acho que nós não temos alternativa. Estamos diante da alternativa de respeitar o que dispõe o art. 210 do Código Civil ou o adiamento da reunião para o momento que os Deputados puderem ter analisado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sra. Presidenta.



O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - E encerro aqui. E se for à votação, eu vou manifestar, na votação, a minha opinião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Como é de direito. Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, eu até concordo com o Deputado Zica. Vamos marcar, então, para quarta-feira.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Bom, antes de mais nada, eu gostaria de ponderar ao Plenário...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pedi que V.Exa. coloque em pauta aqui no plenário para discutir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Olha, nós estamos com um pequeno problema de entendimento do andamento dos trabalhos. É evidente que tem razão o Deputado Eduardo Cunha, sem que com isso implique a suspensão da sessão, de que o andamento do trabalho não possa ser conduzido dessa maneira. Quando os documentos chegam na última hora, os Deputados estão vazando madrugada, e, sem informações, eles comparecem a uma audiência pública importante como esta. Eu gostaria de não submeter à votação, porque seria fazer prevalecer o pensamento de um em detrimento... quando todos têm o mesmo objetivo. Eu gostaria de suspender a sessão por 2 minutos apenas, para que a gente se reúna aqui no canto e chegue a um consenso sobre o que fazer.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Estão reabertos os trabalhos. Participam desta audiência pública os Srs. Carolina de Medeiros Mariano da Silva, Eliana Kotaki Botelho, Alexandre Magno da Costa Maciel...

(Não identificado) - Simultaneamente?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - ... Joaquim Mariano da Silva Neto e André Luiz Dias, responsável pela Apolo Petróleo. Simultaneamente, e quero esclarecer que na sessão passada nós tivemos, na abertura dos trabalhos, na audiência, a palavra de Carolina...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta, uma nova questão de ordem. André Luiz Dias é um outro assunto, é um outro depoimento. Se ele está junto, aí há que haver separação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - É então um erro da Secretaria.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Está marcado para hoje o Sr. André Luiz Dias?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - André Luiz Dias, responsável... Ele não faz parte da Apolo Petróleo?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não faz parte. Isso é um outro assunto...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Aqui consta como...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - É outro depoimento esse. Não tem nada a ver com essa empresa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Um erro da Secretaria.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, e é um depoimento que me parece... eu não tenho os elementos aqui, mas me parece um depoimento relevante.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Sim. Então, quero esclarecer ao Plenário que, na reunião passada, Carolina de Medeiros Mariano da Silva e Alexandre Magno da Costa Maciel fizeram uso da palavra por 20 minutos, uma exposição neste plenário. Então, eu gostaria de chamar audiência em conjunto e passaremos imediatamente à interpelação. Convido para entrar no plenário, sentar à Mesa e fazer os juramentos a Sra. Carolina de Medeiros Mariano da Silva, Eliana Kotaki Botelho, Alexandre Magno da Costa Maciel e Joaquim Mariano da Silva Neto.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não. Pela ordem, Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidenta, tendo o Deputado Luciano Zica comparecido ontem à Secretaria de Fazenda e apresentado o seu relatório do trabalho realizado e também da documentação que nós trouxemos ontem da empresa, acho que nada invalida o trabalho a ser realizado por esta Comissão, o exame dessa farta documentação. Se alguma coisa tiver de errado, independente dos depoimentos aqui, que conste do relatório final, e ponto final.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Peço a todos que fiquem de pé para que seja prestado o juramento dos que aqui estão. Juramento do Sr. Alexandre Magno da Costa Maciel.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Juramento da Sra. Carolina de Medeiros Mariano da Silva.

A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Sra. Eliana Kotaki Botelho.

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Sr. Joaquim Mariano da Silva Neto.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Estão abertas as inscrições para a interpelação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta, uma questão de ordem inicial.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu gostaria que a senhora desse ciência ao Plenário das decisões judiciais que estão sob o foco deste depoimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Um momento, que vou requerer à Secretaria. (*Pausa.*) Eu queria esclarecer aos depoentes, enquanto a Secretaria encontra a petição, que na sessão anterior a Sra. Carolina fez uso da palavra por 20 minutos e o senhor que a acompanha, Dr. Alexandre, também, e nós gostaríamos de proceder diferente nesta sessão. Nós vamos passar direto às perguntas, para que os Parlamentares possam usar melhor o tempo e a presença de



todos que aqui estão. Os advogados gostariam de acompanhar os depoentes e consulto o Plenário sobre se está de acordo em que eles se sentem à Mesa. Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Presidenta, lógico, nós não podemos ter 2 pesos, 2 medidas. Então, das outras vezes, da mesma forma, eu acho que os advogados... que proceda como foi na de ontem. Eles estão aí para assessorar, mas poderão somente dirigir-se à Presidenta nas intervenções, e não fazer diretamente nos microfones. E, da outra forma, Sra. Presidenta, nós ouvimos um relato do Sr. Alexandre e da senhora que veio aqui da outra vez, mas não ouvimos os outros dois. Não seria prudente e bom para esta Comissão ouvir os outros dois, que se desse um tempo, 10 minutos a cada um, se for o caso, para que esta Comissão tenha o relato dos quatro?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu consulto o Plenário sobre se acha necessário. Eu apenas ponderei pelo fato de que as pessoas que aqui se apresentaram, Dra. Carolina e Dr. Alexandre, serem também responsáveis pela empresa e falarem pela empresa. Já que, no intuito de saber e obter informações necessárias, acho que seria importante que o Plenário perguntasse. Eu acho que seria mais profícuo. Consulto o Plenário sobre se está de acordo com essa modalidade. De acordo?

(Não identificado) - De acordo, de acordo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Direto às perguntas. Eu gostaria, também, atendendo à solicitação do Deputado Eduardo Cunha, de dizer que foi recebido por esta Comissão um comunicado de que foi deferida a medida liminar requerida para o fim de assegurar aos depoentes que aqui se encontram o direito de permanecer em silêncio quanto às respostas, às questões que possam incriminá-los, sem o risco de serem presos ou ameaçados de prisão. Assinado: Ministro Carlos Velloso, Relator. Supremo Tribunal Federal. Quero esclarecer os advogados, a pedido do Deputado José Carlos, que eles não poderão fazer uso da palavra, apenas orientar os seus clientes, e não poderão fazer uso do microfone nem se dirigir diretamente a qualquer Parlamentar. A palavra está franqueada a quem queira fazer uso dela.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidenta, há uma inscrição aí. Pelo menos, chegou aqui para que fosse assinada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vou segui-la. Desculpe, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidenta, pela ordem. Gostaria que a senhora lesse a lista de inscritos, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eduardo Cunha; Alexandre Santos; João Magalhães; Nelson Bornier; Sandro Matos; André Luiz; Rose de Freitas — neste caso, retiro minha inscrição; João Caldas; José Carlos Araújo; Eliseu Padilha; Rogério Silva e Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Gostaria de me inscrever, então, em seguida, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os depoentes. Em primeiro lugar, gostaria de deixar clara, como já deixei aqui no início da exposição, a pouca contribuição acrescentada neste momento em virtude da impossibilidade humana de examinar a documentação que aqui chegou, tanto a que veio do Deputado Nelson Bornier e Deputado André Luiz, quanto a que veio do Deputado Luciano Zica. Nenhuma dessas duas documentações tinham sido franqueadas até o início da deliberativa de hoje, para que a gente pudesse tomar conhecimento. Talvez, se eu tivesse a cópia do que o Deputado Luciano Zica teve oportunidade de examinar ontem à noite, eu também poderia ter tentado fazer o mesmo. Mas, infelizmente, eu não tive essa posição ontem à noite, o que prejudica, e muito, a minha intervenção, porque eu já fiz toda sorte de intervenções no primeiro depoimento, há 2 dias. Como há um depoente novo, que não estava presente anteontem, eu gostaria de dirigir a ele apenas algumas perguntas que foram feitas aos depoentes que aqui estavam presentes. Vou até fazer um comentário: eu me decepcionei muito até — gostaria de deixar isso muito claro — no depoimento passado, e até me insurji contrariamente ao consenso da maioria desta Comissão naquele momento, que era de efetuar o pedido de prisão dos depoentes. E a razão pela qual, apesar de eu ter sido mais veemente, digamos



assim, interrogador, naquele momento inicial, foi que eu me senti constrangido ao ver uma jovem sendo colocada numa atividade comercial aos 17 anos de idade, tendo sido emancipada para isso, sem conhecimento do que é. E eu disse até que eu, como pai, não faria isso. E a minha recriminação, naquele momento, foi para o pai. Essa é a razão pela qual eu me insurgi contra a prisão dos depoentes naquele momento e deixei isso registrado aqui na Taquigrafia, e acabou acompanhado pelo consenso da Comissão. Se assim não fosse, dificilmente, pelas contradições aqui colocadas, não teriam sido efetuados os pedidos de prisão. Só que, agora, nós estamos nos aproximando do fim da CPI e nós não estamos muito, assim, numa fase de conversa, nós estamos numa fase de prova. E as provas que, porventura, existam, estarão nessas documentações. Se lá não estiverem, não haverá as provas. Então, as minhas perguntas serão poucas e dirigidas em função disso. Não que eu tenha tido qualquer mudança de comportamento, só que não houve tempo hábil de análise do levantamento de todas as questões que foram efetuadas. Espero fazê-lo e trazer à consideração do relatório ou até mesmo de uma nova oitiva, se assim for o entendimento desta Comissão. Então, o primeiro ponto que eu faria é perguntar ao Sr. Joaquim Mariano se ele conhece ou tem participação numa rede de postos chamada Rede Rojão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Por favor, o senhor precisa falar ao microfone.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, reserve-me o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É, eu vou somente alertar V.Sa., da mesma forma que eu fiz ontem, não fazendo nenhum comparativo, que V.Sa. tem uma decisão judicial que lhe permite se calar mediante fatos que o incriminam. V.Sa. não tem que depor para lhe incriminar, mesmo na condição de testemunha. Na medida em que V.Sa. não responde, isso pode caracterizar até mesmo contra V.Sa. no relatório. Então eu faria um... pela segunda vez, se V.Sa... porque isso aqui é mais grave, porque foi perguntado aos outros depoentes naquele dia e foi respondido que não havia nenhuma... não conheciam... não havia nenhuma participação com a Rede Rojão. Então, se V.Sa. tem participação ou conhece uma



Rede Rojão, o fato de participar ou conhecer não o incrimina. Na medida em que V.Sa. não responde, aí, sim, poderá ser um complicador, para efeito de relatório. Então, novamente, eu dou a V.Sa. oportunidade de rever essa sua posição e tentar responder essa pergunta, se assim o entender.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu mantenho minha posição, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Contribuindo, apenas, com o Deputado Eduardo Cunha, ele coloca para o senhor o que diz o texto dessa liminar. Diz que o senhor tem direito de permanecer em silêncio quanto às questões que possam incriminá-lo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu vou fazer uma segunda pergunta: o senhor considera, se, por acaso, o senhor for sócio ou tiver alguma participação na Rede Rojão, que isso lhe incriminaria?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, eu mantenho o que eu falei antes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado José Carlos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Presidenta, o depoente está acompanhado do advogado, que conhece bem o Código Penal. Era bom sugerir que o cliente conversasse com o advogado, porque as respostas negativas sistemáticas a esta Comissão podem ser caracterizadas como desacato às autoridades aqui presentes e podem ser um complicador maior. O fato de ter um salvo-conduto no seu depoimento não lhe dá o direito de fazer o que está... a não ser nos casos previstos em lei. Fora disso, esta Comissão pode tomar uma posição mais drástica, o que não seria conveniente no final da CPI, nem à CPI nem ao depoente que está aí. E os advogados que estão presentes podem aconselhar o seu cliente a responder às perguntas que não o incriminem, para que esta CPI não tenha que tomar uma posição mais drástica aqui nesta manhã. Portanto, eu apelo, Presidenta, para os advogados para que instruem aos seus clientes que, realmente, eles podem ser aqui enquadrados em desacato à autoridade com as respostas sistemáticas que em nada os incriminam, apenas são coisas de rotina e públicas.



Porque o fato de ele pertencer a uma rede de postos de gasolina ou a qualquer empresa é público, é uma informação pública, que está nos documentos públicos, e aí não há juiz que não veja que isso pode ser caracterizado como desacato. Era esse apelo que eu queria fazer, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Deputado Eduardo Cunha continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nobre Deputado José Carlos Araújo, agradeço a participação de V.Exa. Não é o intuito deste Parlamentar tentar partir para o enquadramento de desacato. Eu estou tentando obter informações, até porque, depois do que nós passamos aqui ontem, se nós tivermos que enquadrar por desacato, vamos ter que também dar o enquadramento por desacato ao depoente de ontem, que está ainda no período de flagrante. Então, nós estamos numa situação bastante delicada aqui: ao enquadrá-lo, vamos ter de enquadrar o Sr. Ari Natalino também. Ainda há tempo hábil para isso. Agora, eu não quero é perder meu tempo também. Eu tenho muitos afazeres na minha vida parlamentar, nesta Comissão, até mesmo para analisar esses documentos. Eu gostaria agora de fazer, então, uma terceira pergunta: se V.Sa. vai responder a todas as perguntas que eu fizer, se não vai permanecer calado.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, eu vou permanecer calado.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Todas as perguntas?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Todas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Essa é a posição dos demais depoentes? (*Pausa.*) Então, eu proponho o encerramento da oitiva, porque eu tenho mais o que fazer do que ficar aqui me fazendo de bobo, fazendo um monte de perguntas e ouvir que "*vou permanecer calado*". E, aí, a Comissão que se reúna depois e decida o que fazer. Eu não vou perder meu tempo. Eu solicito a suspensão da sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Eduardo Cunha, eu perguntaria a V.Exa. se quer fazer a pergunta a cada um deles nominalmente, para que eles possam responder e constar da taquigrafia desta sessão.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para mim, já basta, no momento em que eu fiz duas e ele disse que vai permanecer calado. Eu pergunto a todos... Eu gostaria que cada depoente dissesse ao microfone que não vai responder a nenhuma pergunta, que vai permanecer calado. Só gostaria de ouvir isso e, aí, eu pediria o encerramento da sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu vou atender, antes de acatar as outras questões de ordem. Eu vou fazer a pergunta e gostaria que cada um usasse o microfone. A Sra. Carolina de Medeiros Mariano da Silva tem a intenção de permanecer em silêncio e responder a todas as perguntas com a omissão?

A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA - Reservo-me o direito de permanecer calada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A Sra. Eliana Kotaki Botelho, a mesma pergunta.

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Reservo-me o direito de permanecer calada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Sr. Joaquim Mariano da Silva Neto?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Reservo-me o direito de permanecer calado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Sr. Alexandre Magno da Costa Maciel.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Também mantenho a mesma posição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Está suspensa a sessão por 5 minutos, para que possamos deliberar.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Dando continuidade ao Plenário, gostaria de perguntar ao Deputado Eduardo Cunha se ele se sente contemplado ou se gostaria de fazer alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. Eu gostaria da seguinte situação, Sra. Presidenta: fui informado que haveria uma mudança de



comportamento dos depoentes a partir deste momento. Em sendo assim, eu reitero a pergunta efetuada para saber se se mantêm na mesma disposição de resposta. Basicamente, seria esse o meu primeiro questionamento. Eu vou zerar a pedra e começar de novo.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sra. Presidenta, antes de o nobre Deputado Eduardo Cunha inquirir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, o que eu fiquei sabendo há minutos, pelos advogados que estão acompanhando os presentes para depor hoje, que já vieram aqui numa situação delicada de que ouviram dizer, praticamente não só aqui em Brasília, mas em todo o Brasil, que saíam daqui presos. E o que está acontecendo é que eles estão nervosíssimos. É a questão que foi colocada pelo advogado. Quero deixar bem claro aqui que estamos aqui para desenvolver um trabalho de CPI. Vocês vieram para prestar um depoimento e eu tenho certeza absoluta de que — os senhores todos estão com mandado de segurança, enfim, respeitamos a Justiça — o que vocês puderem trazer de colaboração para a CPI seria importante. Evidentemente que aquilo que iria incriminar vocês, dentro da lei, vocês estão assegurados, e tenham certeza que isso vai ser delicadamente estudado, e nós vamos estar aqui para que seja cumprido. Tenham certeza de que nós não queremos prejudicar ninguém. Não queremos a verdade ficta. Queremos trazer as informações necessárias para poder concluir os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A Mesa esclarece, para que possamos dar continuidade aos trabalhos, que foi informada pelos advogados das partes que eles estão dispostos a responder dentro da limitação que a liminar lhes deu, e, portanto, permanecer em silêncio naquilo que acharem que pode incriminá-los. Concedo a palavra, agora, ao Deputado Alexandre Santos. (*Pausa.*) O Deputado Alexandre Santos está ausente. Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Sra. Presidenta, eu declino da palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Nelson Bornier.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidenta, eu já coloquei aqui, não só ontem como hoje também, que nós estamos de posse de toda a documentação. Eu até quero dizer que ontem fui recebido lá pela Sra. Luciana, a qual se disse irmã da Sra. Eliana, a qual se comportou como Gerente-Geral da empresa e que, independentemente da Polícia Federal, me colocou à disposição para que eu corresse todos os setores da empresa. E ali fui. Naquele momento, liguei aqui para a Secretaria, me foi informado também o local da empresa, da transportadora, e pedi até que me mandasse a intimação. Falei com a Secretária do Sr. Joaquim e ela me mostrou a empresa. Fui lá junto com o Deputado André Luiz, com os agentes da Polícia Federal, para também dar ciência dele de hoje. Eu não estou vendo por que as não-respostas se lá eu vi uma transparência ou pelo menos abertura total a nós, representantes da Comissão, na entrega de toda a documentação. Abriam todas as salas, pediram a todos que colaborassem com o nosso trabalho, e realmente está acontecendo isso. Para mim foi uma surpresa esse *habeas corpus* que chegou ontem a esta Comissão, e eu não vejo nada demais nas respostas que vocês porventura tenham que dar, desde que não venha incriminar, de acordo com o mandado que está em poder da Presidenta, até porque, volto a dizer, todos esses documentos serão fiscalizados pela Comissão, pelos membros da Comissão, através do Deputado Eduardo Cunha. Independentemente do que eles possam aqui responder ou não, eu acho que o que vai falar mais forte nesse relatório são as questões levantadas no primeiro depoimento aqui nesta CPI, o qual foi inquirido pelo Deputado Eduardo Cunha, e, com toda certeza, ele tem os elementos na mão agora para fazer, se alguma coisa acontecer, constar nesse relatório. Eu nem tenho nada a perguntar, só aguardar todo esse trabalho a ser realizado dessa documentação que o Deputado Luciano Zica trouxe ontem a esta Comissão, e do que eu e o André Luiz trouxemos, para que seja examinado. Independentemente do que vocês vão falar, com toda certeza vai constar do relatório final desta CPI, independente dos depoimentos. Eu não tenho nada a perguntar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, na audiência passada, V.Exa. solicitou aos depoentes que trouxessem a esta Casa alguns documentos. V.Exa. se recorda?



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Todos esses documentos foram recolhidos ontem e já fiz a entrega à CPI. Tenho até a relação aqui, se V.Exa. interessar que eu faça a leitura. Me foi cobrado pela própria CPI. Eu trouxe todas as cópias de notas fiscais de venda e de compra a partir do dia seguinte do término da fiscalização por parte da Secretaria de Fazenda de São Paulo. Não trouxe as anteriores porque faz parte dessa fiscalização, e quem pode dizer isso é o Deputado Luciano Zica. Agora, a partir do dia seguinte, da nota fiscal seguinte, eu trouxe todas até o dia 31 de agosto deste ano. Eu trouxe também a listagem do controle da produção e do estoque dia a dia, fechando mês a mês, desde o dia em que se terminou a fiscalização, que está em poder das restantes, até o dia 31 de agosto. Trouxe também uma xerox da lista de registro de empregados do Sr. Joaquim Mariano, que tem o nº 22, o qual exerce a função de Gerente-Geral da empresa; trouxe um disquete rubricado pelo agente fiscal da Secretaria de Fazenda de São Paulo, que tem o Registro nº 9676189, no qual ficou inserida a apreensão dos documentos e a fiscalização feita; trouxe as alterações de contrato social da firma Apolo Petróleo Ltda., a qual tinha a razão social anterior de Apolo, mas com uma diferença, feita a mudança da razão social; trouxe alterações contratuais da Vaptrans Transporte Ltda. Quero dizer que estive lá pessoalmente para poder citar o Sr. Joaquim — também foi comunicado aqui — e trouxe também a alteração contratual da firma Power, da qual a Sra. Carolina também faz parte. Além disso, eu trouxe também um *folder* da empresa Vaptrans, que peguei lá em cima de uma mesa; trouxe também, por amostragem, diversos conhecimentos de transporte de carga e de carregamento da empresa Vaptrans, do ano de 2002; trouxe também 36 xerox de conhecimento de carregamento de carga também da Vaptrans, do ano de 2003, por amostragem; trouxe uma procuração, lavrada em cartório nas notas do 29º Distrito de Santo Amaro, da firma Apolo Petróleo em favor do Sr. Joaquim; trouxe ofício de termo em que foi dado ciência ao Sr. Joaquim Mariano de que ele deveria comparecer aqui hoje; trouxe diversas fotografias tiradas por mim e pelo Deputado André Luiz da firma Apolo Petróleo e também da Vaptrans Transporte Ltda. e também dos produtos fabricados por essa Power Clima, que trabalha com ar-condicionados para caminhão. Trouxemos 4 computadores que foram encontrados, que também estão aqui na CPI, e trouxemos 8 volumes dos cadastros



de clientes da empresa Apolo. Trouxe esse termo, com o acompanhamento não só meu e do Deputado André Luiz, mas também de 2 agentes da Polícia Federal. De forma que aquilo que nós havíamos solicitado naquela reunião já está em poder da Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, chegou a esta Presidência um ofício com uma nova relação de documentos que eu gostaria que fosse esclarecido pelo Sr. Alexandre Magno da Costa Maciel. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Por favor, Sra. Presidenta. Eu ainda deixei lá, para que eles pudessem me remeter, os registros de entrada e saída... Eu não sei se é isso que eles ficaram de me encaminhar. É isso?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Realmente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Os registros de entrada e saída...

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - E a apuração também, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - ...E a apuração, que ficou de ser entregue, porque naquele momento estava sendo tirado do computador e eram muitas folhas, e eu não tinha como esperar, senão não chegava a tempo. Então, por favor, a Secretaria...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu gostaria, então, que o Sr. Alexandre esclarecesse quais os documentos entregues.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Mas eu gostaria que ele dissesse quais são esses documentos, por favor.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - O primeiro documento: o registro de apuração do ICMS relativo ao ano de 2003. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Permita-me, Sra. Presidenta, estar ao lado ali para... Só porque ele está falando e eu gostaria de dar uma olhada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pode ficar à vontade, Deputado. Sr. Alexandre, o senhor poderia ler a relação dos documentos ao microfone?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Apuração de ICMS relativa ao ano de 2002; o registro de saídas correlato ao ano de 2002; o registro de



entradas relativo ao ano de 2002 e o registro de entradas e de saída de mercadorias relativas ao ano de 2001. São esses documentos. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Gostaria de pedir à Secretária da Mesa que recebesse os documentos que estão chegando, para que ele tivesse comprovante. Eu cometi uma injustiça em relação ao Deputado Eduardo Cunha, que estava com a palavra e eu o interrompi. Gostaria que ele concluísse as suas perguntas.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Muito obrigado, Sra. Presidenta. Até antes de V.Exa. ter passado a palavra, eu repeti a pergunta. Tendo em vista a mudança anunciada de comportamento dos depoentes, eu renovei a pergunta para que pudesse ser respondida dentro do critério deles. Então, a primeira pergunta que eu fiz ao Sr. Joaquim Mariano: se ele conhece ou participa com sócio da Rede Rojão.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu conheci o Rojão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor conhece a Rede Rojão? O senhor tem alguma participação societária, acionária ou comercial juntamente com a Rede Rojão?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor comercializou através da empresa Apolo algum momento?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor sabe quem são os sócios da Rede Rojão?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Conheço. São 2 irmãos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O senhor poderia declinar para nós o nome desses sócios?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Antônio... Antônio Trindade Rojão e Roberto Trindade Rojão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A minha segunda pergunta vem ao encontro da participação que V.Sa. detenha na empresa Apolo. Eu vi aqui que a procuração já foi anexada à documentação trazida pelos nobres Deputados Nelson Bornier e André Luiz. Obviamente, pelo teor da procuração, nós podemos saber qual



o teor de poder com que o senhor foi constituído. Mas nós gostaríamos de saber se o senhor é efetivamente o proprietário da empresa Apolo e colocou em nome da sua filha ou se o senhor não era o proprietário da empresa Apolo. Isso.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, essa pergunta eu me recuso a responder.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - A Rede Luciano de postos, o senhor alguma participação?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não. Diretamente, não. É do meu filho.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ele é o único sócio da rede?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exato.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quantos postos detém essa rede?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Acho que 9 postos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - São todos em São Paulo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Nenhum em São Paulo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Nenhum em São Paulo? E são aonde?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - No Rio.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - No Rio de Janeiro? E houve alguma comercialização de produtos da empresa Apolo para essa rede?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, não vou responder essa pergunta.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Bom, Sra. Presidenta, para o momento eu vou me ater, já que eu não vou conseguir obter as respostas que eu desejo. Se for o caso, eu me reinscrevo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Consulto o Deputado Alexandre Santos, que chegou atrasado, sobre se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Eu peço desculpas pelo atraso, Presidenta. É porque eu estava tentando comer um sanduíche, para tentar tocar essa sessão. Eu quero inicialmente, Presidenta, pela reposição das pessoas que hoje estão aqui, pedir a essa Presidência que refaça o meu pedido anterior da prisão preventiva das pessoas que aqui estão, já que nós estamos encaminhando um outro



procedimento, para que nós possamos todos ter uma sessão normalizada. Portanto, já que as pessoas voltaram e os documentos estão aí, eu refaço o pedido anterior que eu tinha feito para dar encaminhamento à sessão. Eu queria inicialmente fazer...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A Presidência solicita que V.Exa. faça por escrito.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Mas eu não fiz o pedido...

(Não identificado) - Foi oral.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Foi oral. Então, tenho que fazer oral, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Fez nesta sessão?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Na sessão anterior, por favor. Então, estou agora, Sr. Mariano, tentando entender o que está colocado hoje aqui à nossa frente. Independente dos documentos, das ações que serão promovidas, o que se tem em visão é que a proprietária da empresa, quando adquiriu, aos 17 anos... ela foi colocada de uma forma... como uma empresa para um filho, para uma filha, como tinha, como tem para um filho, e se formou uma rede normal. Essa é a visão que eu estou tendo, inicialmente. O senhor tem a distribuição, a sua filha tem o refino ou a mistura e o filho tem a distribuição. Esse é o encaminhamento que eu vejo das 3 empresas, quando se juntam num bloco só. Eu não vejo nenhuma ilegalidade dentro das empresas. Pode ser que haja ilegalidade na maneira em que se operam as empresas. Se há sonegação, nós teremos que buscar. Se há crimes outros, nós teremos que apurar. Portanto, eu faria só esta pergunta ao senhor: o senhor é detentor do comando de todas as 3 empresas?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Dr. Mariano, a resposta, por favor.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputada, eu me recuso a dizer.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sra. Presidenta, passe a outro Deputado. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Sandro.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS - Sra. Presidenta, mediante a vasta documentação que acabou de chegar e também a documentação de ontem, que,



pelo horário que chegou, não tivemos tempo ainda de analisar, eu vou passar minha falar para outros companheiros, até porque preciso analisar com mais cautela essa documentação com minha assessoria, para que assim possa ajudar e contribuir melhor no relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, eu estive, junto com o Deputado Nelson Bornier, ontem, no local. Fomos bem recebidos. Não houve nenhum impasse. A Srta. Gerente que estava lá e todos os funcionários nos deram toda a atenção, juntamente com a Polícia Federal. Toda a documentação que nós queríamos buscar, não fomos impedidos. Fomos prontamente atendidos. Fica muito difícil eu fazer qualquer pergunta neste momento, até porque chegamos ontem à noite e depois estivemos aqui até tarde. E que pergunta eu faria? Perguntar ao Sr. Joaquim se ele tem interesse em que a sua filha participe de seus negócios? Se quer que seu filho participe de seus negócios? Que colocou a família para trabalhar junto porque tem confiança nela? Isso é indiscutível. Pode rir, Zica. Pode rir. Isso aí é um questionamento meu, um pensamento meu. Nem você, nem ninguém vai tirar. Pode rir, mas eu quero me debruçar sobre a matéria. Eu vou aguardar. Não abrimos nada ainda. Não sabemos de nada. Então, eu vou ver, com calma, junto com meus pares, com minha equipe, minha assessoria. Vou olhar cada documento. Depois, sim, eu vou questionar o que eu penso, o que eu acho a respeito da empresa. Até aí, eu não posso dizer nada. Eu não vou falar da empresa Apolo porque faria confusão com pólos, questionamentos de regionalidade, a questão de São Paulo, a sobrevivência a brigas de empresas, querendo uma comer a outra. Estamos assistindo muito coisa errada também. Isso aí, nós vamos nos pronunciar mais tarde, mas enquanto eu não tiver acesso à documentação, não me debruçar sobre a documentação e rever essa questão, eu não posso perguntar nada, eu não sei de nada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Sra. Deputada, haja vista esse imbróglio todo que está aí e o exíguo tempo que todos nós tivemos aqui — nós saímos daqui a 1h30, a documentação chegou por volta de 11h30, quase meia noite, ninguém teve acesso —, seria até injusto fazer qualquer pergunta sem ter



conhecimento do mérito. Então, me inscrevi para justificar esta minha posição, até porque nós estamos aqui correndo contra o tempo, e não poderia fazer nenhuma pergunta se não tivesse dela conhecimento e não tivesse me debruçado, como disse o Deputado André Luiz e o Deputado Sandro. Então, eu não vou fazer nenhuma pergunta, Sra. Presidenta, porque não tenho conhecimento de causa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado José Carlos Araújo. (*Pausa.*) Ausente. Deputado Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sra. Presidenta, nós tivemos, ontem, 2 depoimentos aqui. Eu quero perguntar à Sra. Eliana: a senhora é sócia também da Apolo Petróleo?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Sou.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Qual é a sua participação?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - 5%.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Quantos funcionários tem a Apolo hoje?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Eu me reservo o direito de permanecer calada.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A senhora é diretora da Apolo?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Não.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não? Trabalha na Apolo?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Trabalho.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Diariamente?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Diariamente.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Quem são os outros sócios da Apolo?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - A Carolina Medeiros.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É essa moça, né?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Sim.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A Apolo trabalha com que atividade hoje?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Eu me reservo o direito de permanecer calada.



O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Joaquim, o senhor pode ajudar? Que atividade a Apolo tem hoje?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Distribuidora de derivados de petróleo.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Pronto. Não tem nenhum problema. É distribuidora de derivados de petróleo, até porque a Carolina já disse ontem. Apenas para que a senhora... A senhora trabalha o dia inteiro lá, né?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Trabalho.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Os funcionários, a senhora não lembra quantos são? Eu vou lhe ajudar. Carolina disse ontem que eram 28 ou 23.

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Mais ou menos isso.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É isso? E a empresa de transporte de combustíveis, a senhora ajuda também?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não? A senhora só cuida da área comercial da Apolo?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Que área a senhora cuida?

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Eu só tenho para assinar cheques.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Só assina cheques? Hum. Quem é que é gerente da Apolo? Que cuida diariamente ali, despacha papelada, atende os vendedores, atende os compradores, fala com o banco? Quem é que faz esse papel.

A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Eu me reservo o direito de permanecer calada.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - A Carolina disse ontem que é a senhora que faz isso. A senhora está o dia inteiro lá, é sócia, e a senhora faz isso. Ela vai de vez em quando. Eu vou lhe ajudar. Carolina diz que vai de vez em quando. Às vezes, 2 meses depois, ela vai lá. É correto isso, né?



A SRA. ELIANA KATAKI BOTELHO - Continuo me reservando o direito de não dizer.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Gostaria de solicitar à depoente que fizesse uso mais próximo do microfone, para que pudesse ficar registrado.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Sr. Joaquim, vamos deixar a moça ficar menos nervosa e vamos falar um pouco nós aqui. O senhor é, efetivamente, hoje, uma das pessoas mais importantes que nós temos de ouvir nesse caso da Apolo. Por quê? Porque é atribuída ao senhor a condição de ser o criador da Apolo, sob o ponto de vista da idéia, disse a Carolina, ontem. A firma é dela e da moça que aqui está. São as 2 sócias, mas o senhor, porque era representante comercial lá, o senhor trabalhava como representante da empresa que é fornecedora, o senhor deu a ela a primeira parcela quando foi comprada a Apolo. A Apolo foi comprada de uma outra sociedade, né? O senhor deu a primeira parcela. Depois, ela pagou as demais parcelas. O senhor hoje trabalha na Apolo também, Sr. Joaquim.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu só cuido mais da parte de compras, Deputado.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - É. Ela disse ontem que o senhor trabalha e que cuida das compras, que o senhor é a pessoa que sai fazendo compras. O senhor cuida das compras. Quem é que cuida das vendas?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - O Alexandre.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Alexandre é a pessoa que cuida das vendas. Então, o senhor cuida das compras. Ele cuida das vendas e a parte interna faz — como é mesmo o nome da moça? — a D. Eliana. Isso. A D. Eliana faz a parte interna. O senhor cuida na rua, vendendo ou comprando. Ele vende e ela cuida da administração interna, da empresa internamente, está lá o dia inteiro e tal. O senhor está na rua comprando, ele está na rua vendendo, então ela que fica lá dentro, está certo? Teve um tempo em que a Polo tinha rede de postos ou nunca teve rede de postos própria, dela?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Não, né? O seu filho tem uns postos no Rio de Janeiro, né?



O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exato.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Esse negócio do ar-condicionado que a sua filha fabrica, o senhor também estimulou, ajudou-a a montar essa empresa, ou ela montou sozinha?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, essa empresa já existia. Era um pessoal da Argentina que desenvolveu a patente para fazer... Não é ar-condicionado, é climatizador, é um outro processo. Ele pega de fora o ar quente, filtra e refresca o ambiente. Eles trouxeram essa idéia para mim, mas eles não tinham condição nenhuma de tocar mais a empresa, e tinham bons clientes como Scania, Volvo. Vi os pedidos, vi toda essa documentação, estava faltando só entrar alguém que tivesse um pouco mais de idéia, de condição de tocar. Então, nós entramos, porque eles estavam completamente parados, já com protestos, uma série de coisas.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Depois que foi paga a aquisição da Apolo, a sua filha continua morando com o senhor, na casa do senhor, junto com a família.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exato.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - O senhor é o conselheiro dela e do filho, mas os negócios são deles. O negócio é dela e o negócio é do filho, isso é cristalino, é assim mesmo.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - É assim mesmo, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Consulto o Deputado José Carlos Araújo sobre se quer fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidenta, Sr. depoente, queria começar perguntando ao Sr. Joaquim: a Apolo foi comprada como e por quanto, o senhor se lembra?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu era representante da Wal Petróleo durante muitos anos. Então, eles me ofereceram, eles não tinham muito o que fazer com aquela empresa lá em Lorena. Então, foi me oferecida, e o próprio banco deles, que é do grupo, o Banco Prosper, fez o financiamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por quanto, o valor, o senhor se lembra?



O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, a minha filha deu uma informação que ela não tinha conhecimento desses valores, e fico me perguntando se eu não vou acabar atrapalhando ela. Deputado, se o senhor quiser eu posso responder.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu gostaria.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Foi por 400 mil reais, em 20 parcelas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Há uma discrepância no valor... na forma de pagamento, não no valor.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - É que os juros foram praticamente subsidiados por ser empresa do mesmo grupo e eles não...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, não estou falando isso. É que sua filha teria falado aqui que ela custou 400 mil reais e que foi pago em 10 parcelas. O senhor falou que foram 20 parcelas. Agora, como é que essa empresa conseguiu... eu não consegui ainda vislumbrar. Compra-se uma empresa, tem uma empresa, logicamente a empresa precisa ser tocada, capital de giro e também que ela se movimente. Então, como é que uma menina, na época, com 17 anos, pode tocar essa empresa, que custou 400 mil reais? Na época, era um para um, o dólar era 1 real, foi na paridade, foi em 96, pela data que ela comprou. Era muito dinheiro: 400 mil reais eram 400 mil dólares, naquela época, e hoje 400 mil dólares é muito dinheiro. Como é que uma garota conseguiu tocar uma empresa do porte da Apolo, com apenas 17 anos?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, desde que a Apolo foi comprada, sou registrado na empresa como gerente. Então, eu tocava a empresa, eu conheço bastante o mercado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Agora, entendi. O senhor era o carro-chefe, porque continua como representante comercial, ou deixou a vida de representante?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, na compra da Apolo, eu deixei de ser representante e a Wal Petróleo me passou toda a clientela que era dela. Ela saiu do mercado, passou para a Apolo, e me fornecia inclusive o produto com prazo. Se eu vendesse com 30, ele me faturava com 60 dias.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É, nós nos perguntávamos como uma garota de 17 anos, que foi colocada assim de repente no mundo dos negócios, poderia ter tocado uma empresa dessas com 99%. E aí eu vi uma segunda pergunta, para a senhora que está do seu lado, que é D. Eliana: a senhora tem quanto por cento da Apolo?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Cinco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Há uma... Também não bate, porque, na informação de ontem, a moça que deu o depoimento de ontem dizia que tinha 99%. Como a firma só tem 100%, não pode ter 104 — 99 com 5 dá 104.

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - No contrato social é 5%.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - O contrato social...

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - É 5% minha parte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, na verdade, era a informação da depoente de ontem que não estava preparada devidamente, não tinha conhecimento total da empresa que estava dirigindo, é isso?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Creio que ela estava nervosa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidenta, em função de não ter aqui todas as informações que foram trazidas ontem, não pude ainda me debruçar sobre esses documentos, pela hora da chegada e pela hora que começou hoje. Realmente fica difícil fazer alguma pergunta a mais, até porque não vivencio São Paulo, não sou de São Paulo, não conheço bem. Portanto, neste instante vou esperar e já deixo pronta a minha inscrição para uma segunda rodada. Quero parar por aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Silva. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Marcus Vicente. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero relatar a viagem que fui incumbido de fazer ontem, por esta Comissão, à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com vistas a verificar os documentos que estariam ali apreendidos, relativos a uma fiscalização apresentada pelos depoentes no depoimento anterior. Estive lá na Secretaria, tive uma cobertura importante da Polícia Federal, que assegurou condições para que



podéssemos fazer o trabalho e depois retornar ao aeroporto com tranqüilidade. Talvez, sem a ajuda deles, nós não tivéssemos conseguido retornar em tempo. Quero dizer que lá fomos informados pelo Sr. Henrique Shigueme, Secretário-Adjunto da Receita, de que os documentos apreendidos de entradas de produtos relativos a PQU... os originais estão sob a guarda da Polícia Federal e do Ministério Público Estadual, na cidade de Taubaté, mas havia ali o conjunto de cópias fiéis dessas notas fiscais. As notas relativas a compras da Refinaria de Manguinhos.. se recusou a entregar no dia que os fiscais lá compareceram, sob o argumento de que era um volume muito grande de documentos e que precisaria de um tempo para preparar. Quando os fiscais retornaram, receberam a informação de que os documentos não seriam entregues porque teriam sido disponibilizados para o Fisco do Rio de Janeiro. Por isso, há somente documentos relativos às aquisições feitas à Refinaria de Manguinhos. Portanto, encaminhei a esta Comissão...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Deputado Zica, V.Exa. me permite uma breve intervenção para um aparte? Eu gostaria que V.Exa. esclarecesse por que as notas fiscais de venda — inclusive foi isso o que eu pedi que minha assessoria fizesse a partir de agora —, tanto da PQU quanto de Manguinhos para a Apolo estão disponíveis na CPI.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Se o senhor me permitir concluir, eu chegarei lá.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É só isso. Pelo que entendi de V.Exa., não estaria.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Exatamente. E, diante disso, eu assumi o compromisso — e trago à CPI para que aprecie — e afirmei que a CPI detinha essas cópias. As cópias, inclusive, são a razão deste depoimento. E, se houver interesse da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, ela poderia obter aqui, com a CPI, essas cópias. Portanto, vamos com a nossa tranqüilidade costumeira.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É que, como V.Exa. colocou, parecia que a Refinaria de Manguinhos havia se recusado a entregar...

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Recusou, sim.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Mas não teria o Fisco de São Paulo... Eu quero só lhe dizer que, apenas para estabelecer uma ordem, estão disponíveis, e eu estou consultando.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Está perfeito. Eu queria pedir permissão ao senhor para continuar a minha fala, para ter tranqüilidade no meu raciocínio. Então, por isso não foram feitas essas notificações. Então, relatei, officiei assim que cheguei a esta Casa ontem, protocolei na Mesa desta CPI a relação. E estão lá, disponíveis para remessa, quando necessário, cópias desses documentos, dos livros de escrituração. Mas eu trouxe, fiz questão de pegar, 10 cópias de 10 notas fiscais de compra da Petroquímica União, 10 conhecimentos de saída a pedido da Apolo — para dizer, estão protocolados junto à CPI —, de um rol de 2.590 notas de cerca de 50 milhões de litros de solventes e produtos comprados junto à Petroquímica União não escriturados como entrada na empresa Apolo e também, nas saídas, com algumas irregularidades. Então, 2.590 notas. Nesse sentido, eu gostaria de perguntar ao Sr. Joaquim Mariano se ele confirma que essas notas não foram lançadas como entrada de produto na movimentação cotidiana, no ano de 2000, da empresa Apolo.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Muito bem, eu já esperava essa resposta. A outra questão: foi questionado ao Sr. Joaquim Mariano se ele conhecia ou mantinha relação comercial com o Grupo Rojão. Ele disse que conhece, mas não tinha relação comercial. No entanto, dentro da relação de veículos que retiraram produtos, nesse período, da Apolo, há um grande número de transportes feitos pelo Grupo Nascar Petróleo Ltda., que coincidentemente é o mesmo Grupo Rojão e que... Da análise das notas fiscais emitidas em março de 2002 pela Empresa Polimex Ltda., verificamos que, na maioria delas, consta como transportador a Empresa Nascar Transportes Ltda., cujo sócio André foi sócio da empresa Essacor Tintas Ltda. e é sócio da Mogi Química, em Mineiros do Tietê, São Paulo, citada como destinatária no caderno de controle da empresa Polimex. O senhor confirma?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, me reservo o direito de permanecer calado.



O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Muito bem. A outra questão, que eu perguntei quando do depoimento da Sra. Carolina, é sobre o caminhão apreendido com produto destinado ao Mato Grosso, da empresa Transtito: qual era o destino desse produto, que deu origem àquela liminar que propiciou a continuação, após a suspensão da ANP da licença de compra? Se o senhor tem conhecimento da apreensão deste caminhão e de qual era o destino desse produto.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, mantenho o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Muito bem. A outra questão é se o senhor conhece o Sr. Betito. Se já trabalhou na Apolo.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Bom, no depoimento anterior, a Sra. Carolina afirmou que não conhecia o Sr. Betito, que ele jamais trabalhou com a empresa Apolo. No entanto, na relação de veículos transportadores das retiradas para entrega de produto da Apolo, há uma grande maioria... Na grande maioria — “grande maioria” eu digo mais da metade — das entregas feitas da Apolo para os seus clientes declarados, consta a empresa Transtito Transportes Ltda., que pertence ao Sr. Betito. Essa retirada não... Apesar dessas circunstâncias, o senhor continua afirmando que não conhece o Sr. Betito? Que ele não trabalhou, Sra. Carolina?

A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA - Eu me reservo o direito de permanecer calada.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Muito bem. De outro lado, o senhor... A empresa Transtito é de propriedade do Sr. Betito — não tenho o nome completo do Sr. Betito —, que é proprietário de uma distribuidora de combustíveis na cidade de Limeira, no Estado de São Paulo, chamada Petrollium, e de bases em outros Estados, como Mato Grosso do Sul e Paraná. Vocês têm conhecimento... A senhora tem conhecimento dessas informações?

A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA - (*Intervenção fora do microfone.*) Eu me reservo o direito de permanecer calada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Peço aos depoentes que façam uso do microfone apropriadamente, porque é preciso ficar registrado na gravação da Casa. A senhora pode repetir a resposta?

A SRA. CAROLINA DE MEDEIROS MARIANO DA SILVA - Eu me reservo o direito de permanecer calada.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O Sr. Joaquim Mariano... E há aqui algumas questões que eu gostaria de enfatizar, até porque, após a conclusão da CPI, nós devemos encaminhar ao Ministério Público e à Polícia Federal esses documentos que constarão do relatório. Eu pretendo também fazer alguns encaminhamentos mediante pesquisas que temos feito. À Sra. Eliana cabe a tarefa de assinar os cheques e fazer os pagamentos relativos à aquisição de produtos. No entanto, boa parte dos pagamentos tem sido feita, inclusive transferências de valores, a partir da empresa Baresi Empreendimentos e Participações Ltda., com valores de pagamento à Petroquímica União pelo fornecimento de produtos em valores. Por exemplo: pagamento realizado, com data de 28 de junho de 2000, no valor de 1 milhão e 300 mil reais, através de DOC retirado da conta nº2140-00, da empresa Baresi Empreendimentos e Participações, Sociedade Comercial Limitada, representada pelo Sr. Joaquim Mariano da Silva Neto. O senhor confirma esse pagamento? Essa operação consta das declarações apresentadas à Receita Federal?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - A transferência de 120 mil reais da conta 8-347-05, do Banco América do Sul, conta pertencente a Joaquim Mariano da Silva Neto, para a conta 15000095638, de Apolo Petróleo Ltda., documento datado em 9/6/97 — o senhor reconhece essa operação?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Continuo dizendo que me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Documento da Nossa Caixa, Nosso Banco, referente à transferência no valor de 600 mil reais a débito de Vaptrans e a crédito de Apolo Petróleo, ou seja, a transportadora que presta serviço à empresa pagando a empresa. A que título foi feita essa transferência?



O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Pagamento à Petroquímica União S.A. no valor de R\$96.742,40, a débito da conta 040005940, em nome de Vaptrans Rodoviária Ltda., Nossa Caixa, Nosso Banco, em 1/11/2000, pagamento à PQU, portanto, pela transportadora, e não pela empresa adquirente do produto. O senhor reconhece?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Muito bem. Eu gostaria também, diante dessa série de questões... Aqui está a lista com os números das 2.590 notas de aquisição de produto num valor total de — vou ler aqui — 50 milhões, 645 mil, 738 e 50, que estão à disposição desta CPI lá na Secretaria da Fazenda, em São Paulo. Está aqui a lista com o número de todas as notas de entrada não lançadas, portanto, com saídas devidamente apresentadas e, com certeza, com destinação, portanto, duvidosa. Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Joaquim Mariano: qual é o endereço da empresa Global West Management Company Ltda., detentora de 95% das participações na empresa Baresi Empreendimentos Participação Ltda? Qual é o endereço dessa empresa? Onde ela está situada?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, eu me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Bom, Sra. Presidenta, infelizmente, eu acredito que nós estamos diante de um caso que, se tivesse sido apresentado a esta CPI quando um número grande de Deputados aqui defendeu que deveríamos pedir a prisão dos depoentes, talvez nós tivéssemos concordado. Eu não concordei, naquele momento, com a prisão, com a detenção, porque entendia que não conseguiríamos sustentar. Possivelmente, de posse dessas informações, naquele momento, nós teríamos pedido a prisão e a detenção para averiguação dos depoentes frente ao falso testemunho e à obstrução dos trabalhos da CPI. No entanto, eu não acredito, até por conta das limitações que temos frente ao Judiciário... De forma que eu particularmente considero muito suspeita esse setor de combustíveis ter conseguido as liminares as mais absurdas, inclusive aquelas que



obstaculizam o nosso trabalho. Eu não vou solicitar aqui a prisão dos depoentes, mas, para mim, está clara a ação criminosa do grupo e farei os encaminhamentos posteriormente ao encerramento da CPI, se não houver o encaminhamento pela CPI adequado, ao Ministério Público Federal, dos documentos que tenho. E já vou deixar pronto ofício em locais diferentes, com pessoas diferentes, para que possam proceder a esse encaminhamento imediatamente, a partir de hoje. Aguardarei, sim, o final da CPI. No entanto, tomarei essas providências por precaução. Nós estamos diante de um trabalho organizado, criminoso, com provas cabais que deveriam ter, sim, um tratamento especializado. Por essa desilusão temporária, espero que temporária, com essa incapacidade que nós tivemos de enfrentar essas limitações impostas pelos tribunais, eu tomarei as providências de encaminhar e acompanharei essas investigações enquanto for possível.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Zica, eu queria somente um aparte.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - E, portanto, farei os encaminhamentos. E considero encerrados por aqui os meus questionamentos nesse depoimento, a não ser que surja algum fato que justifique uma nova inscrição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Antes de conceder a palavra pela ordem, eu gostaria de perguntar ao Deputado Luciano Zica se gostaria de encaminhar cópia de algum desses documentos que tem em mãos para a CPI.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Nobre Deputada Presidenta, eu o fiz oficialmente ontem à noite. Encaminhei na chegada de São Paulo. Protocolei nesta Comissão, por volta das 19 h ou 20h — não me lembro a hora com precisão —, todos esses documentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Inclusive a cópia daquelas notas?

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Inclusive.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pela ordem, Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Agradeço. Com a palavra, pela ordem, Deputado José Carlos.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sra. Presidenta, na verdade, o que eu queria é saber do Deputado Luciano Zica... Eu entendi tudo que ele colocou, mas tem uma coisa que não ficou clara para mim. V.Exa., Deputado, disse que ia entregar documentos na mão de pessoas diferentes. Eu entendo que V.Exa. tem que encaminhar isso para a CPI e para a autoridade competente. Pessoas diferentes, eu queria que V.Exa. explicasse o que quer dizer isso.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Farei a explicação, meu caro companheiro e amigo, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Eu disse que aí é uma questão de segurança pessoal. As providências que eu for tomar posteriormente, disse que esperarei a conclusão dos trabalhos da CPI e que os documentos que eu tiver encaminharei para outras fontes. Para se acontecer alguma coisa, se eu sofrer um derrame, amanhã, e vier a falecer...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ah, sim!

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Eu não quero que pare com a minha vida, que junto com a minha vida pare o trabalho que tenho feito. Então, é nesse sentido, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, nobre Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu não vi nada que viesse realmente acrescentar. Isso aí é objeto de um auto de infração, pelo que tenho conhecimento. Recolher isso dentro de um processo que está *sub judice* — por favor, Dr. Luciano Zica, estou falando como contador. O senhor acaba de dizer que esses documentos estão presos dentro do Ministério Público, que o senhor vai encaminhar de novo; o senhor acaba de dizer que esses documentos estão presos na Polícia Federal, o senhor vai encaminhar de novo. Eu acho que o senhor não acrescentou nada, senão esse que nós trouxemos efetivamente, para ser examinado. Isso aí está tudo *sub judice*. Isso aí foi objeto de uma autuação.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Presidente, não é objeto de ...



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Por favor, eu estou com a palavra, o senhor me ouça, o senhor não cedeu a ninguém.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A palavra está reservada ao Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - O senhor não acrescentou nada. O senhor foi lá e trouxe xerox de um processo, o que esta CPI já deveria ter feito. E outra coisa: o senhor vai encaminhar onde já está toda essa documentação. O senhor disse aqui, de início, que já está no Ministério Público, que já está na Polícia Federal. Nós já tomamos conhecimento que existe uma auto de infração lavrado na ordem de 20 milhões, que é oriundo disso que está aí, que não foi julgado. Eu acho que o senhor não está acrescentando nada, até que seja julgado esse processo efetivamente. Agora, mais do que isso, eu acho que o senhor deveria, e se eu estivesse no seu lugar, é saber efetivamente por que essa fiscalização está segurando essa documentação há cerca de 1 ano e 7 meses. Eu, como profissional que sou há 35 anos desse ramo, eu nunca vi alguém fiscalizar uma empresa, autuar e que não trouxesse realmente a devolução de um documento, porque está cerceando direito inclusive de uma outra fiscalização, de uma outra esfera fiscalizar. Agora, o senhor ir lá e copiar de um processo que está *sub judice* para trazer para nós, eu quero de uma coisa realmente que já esteja detectada, porque isso aí já foi detectado pela fiscalização.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidenta, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pela ordem, a palavra ao Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Eu até compreendo a preocupação do Deputado Nelson Bornier, que é profissional do ramo. Eu não sou. Sou apenas um petroleiro, e Deputado neste momento. E cumpri...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Petroleiro é igual, não vou falar o que é, mas nunca existiu isso, e sempre será. Eu gostaria de dizer o seguinte: que eu cumpri o papel para o qual eu fui designado. E acredito que a CPI terá que exigir da Secretaria da Fazenda essas explicações, não de mim. Não cabe a mim, eu não sei se eu poderia exigir alguma coisa do Deputado Nelson Bornier.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu acho que deveria, de imediato...

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Eu gostaria que o senhor me garantisse a palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Garantida a palavra ao Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - E dizer que eu cumpri o papel que o Regimento e a Constituição me atribuem. Eu não tenho, e trouxe a esta CPI e estou usando esse material para questionamento. E gostaria ainda de dizer que o encaminhamento das providências, Sra. Presidenta, eu o farei de acordo com o que eu entendo que seja do meu dever fazer. Se houver qualquer visão diferenciada, essa questão terá de ser debatida pela CPI no momento oportuno. Certo? Então, portanto, eu me considero satisfeito com o questionamento, a não ser apenas essas providências, do ponto de vista do cumprimento da missão para a qual eu fui... Eu aceitei ir e cumprir essa missão. Infelizmente eu fui o único Deputado presente, trouxe fielmente, e deve ter chegado à CPI um ofício do Secretário-Adjunto informando o material que eu trouxe. Então, por mim, estou absolutamente tranqüilo do dever cumprido, daquilo que era de minha competência. E com relação à apreensão dos documentos, à demora do processo de análise deles, eu não tenho competência nem técnica e nem a tarefa de proceder a esse julgamento.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Pela ordem, Sr. Presidente, só para complementar, já que estamos dentro do mesmo assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, eu queria, ...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Um minutinho, por favor, Deputado André Luiz. Eu acho que nós deveríamos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, eu acho que, antes de dar a palavra pela ordem, eu queria solicitar, para o bom andamento dos trabalhos, que os Deputados fossem mais sucintos nas suas observações, porque temos várias pessoas inscritas para falar.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Deputado Nelson Bornier apenas para complementar.



O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Só para concluir essa questão. Eu acho que nós deveríamos até, Deputado, porque está me pairando dúvida... uma fiscalização, segurar uma documentação um 1 ano e 7 meses. Eu já fico preocupado até com corrupção. Eu nunca vi isso na minha vida profissional alguém fiscalizar uma empresa e segurar uma documentação tanto tempo. Alguma coisa está por trás disso, porque, da mesma forma que nós fomos agora e retiramos toda a documentação, no dia seguinte após essa fiscalização que está em poder aqui, nós também não temos o direito de segurar. Temos que verificar, tirar todos os dados, reconhecer e atestar inclusive aquilo que foi xerocopiado pelo original, mas não temos o direito de ficar com isso. Eu acho que inclusive esta CPI deveria chamar inclusive a própria fiscalização, o próprio Secretário de Fazenda e essa pessoa que atendeu lá e a Polícia Federal e até mesmo o Ministério Público para saber por que razão, porque não se justifica, na realidade, a apreensão. O que eu quis dizer tão-somente, Deputado Luciano Zica, é que o que o senhor trouxe à baila para nós já temos conhecimento que é um auto de infração de 20 milhões que está sendo discutido judicialmente. Só isso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vou sugerir ao Deputado Nelson Bornier que faça um requerimento no sentido de que suas orientações possam seguidas pela CPI.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Já fica aqui, eu vou deixar por conta de quem conhece, a quem teve o contato, que foi o Deputado Luciano Zica, com esses fiscais e com o Secretário de Fazenda que eu não conheço ninguém. Eu acho que, se eu estivesse naquele lugar, eu interrogava naquele momento. Por que eles estão realmente na guarda daqueles documentos há tanto tempo, se o auto está sendo lavrado. Eu acho que qualquer um aqui não precisa ser advogado tributarista e entender que, na realidade, isso não se justifica. Eu acho que tem que ter, sim, a convocação do Secretário de Fazenda aqui, 2 fiscais que autuaram, se é que estão lotados até hoje, para saber na realidade.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Eu voto a favor do que o senhor propuser.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pela ordem, Deputada Rose de Freitas. Eu estou inscrito. Eu apelaria aos nobres Deputados que nos cingíssemos à matéria constitutiva desta CPI. Esse assunto abordado pelo Deputado Nelson Bornier é sério, mas não é matéria da pauta desta CPI, para que nós não nos estendamos até o momento de encerramento da sessão. Eu estou inscrito e gostaria que se respeitasse a ordem no mérito.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Paulo Rubem, eu entendo que V.Exa. esteja exaltado, mas, de maneira alguma, a Presidência pode infringir o Regimento Interno. Toda questão levantada pela ordem tem que ser acatada. Pela ordem, o Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidente, eu queria aproveitar o ensejo e pedir a V.Exa. para que coloque toda a documentação, que foi motivo da diligência feita por mim e pelo Deputado Nelson Bornier, pela Resolução 29, a partir desse momento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eduardo Cunha, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - A senhora não deferiu ou indeferiu meu pedido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O pedido de V.Exa., V.Exa. fará por escrito?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Estou fazendo oralmente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Defiro o requerimento de V.Exa., defiro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Está deferido? Obrigado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Quero saber a base regimental e constitucional desse requerimento e desse deferimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Enquanto consulto a Mesa, eu dou a palavra ao Deputado Eduardo Cunha.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidente,...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pediria à Secretária Ivete que pudesse me trazer a Resolução 29 para que eu possa ler para o Deputado Zica e para o Plenário. Secretária, a Resolução 29 está em mãos aí, para que eu possa ler? Eu não tenho conhecimento dela? Tá, obrigado.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O senhor está afirmando que eu não tenho conhecimento. Eu estou questionando os termos que fundamentam essa inclusão na Resolução 29.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Está no Regimento Interno desta Casa e é um ato normativo da Mesa.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Faço questionamento à Mesa e não ao Deputado André Luiz. Por favor, a Mesa.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidente, pela ordem. Eu queria só aqui saber, a senhora me permite...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu gostaria de um minuto. O Deputado recorreu à Resolução 29, que nós estamos analisando, porque nós a deferimos e teremos que conhecer o teor do requerimento do Deputado. Deputado Nelson Bornier, sobre o assunto, V.Exa. gostaria de complementar?

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu só gostaria só de saber se o Deputado Luciano Zica vai, na realidade, chamar essas pessoas aqui, porque eu já coloco sob suspeita. Eu, se eu fosse o fiscal que autuassem uma empresa em 20 milhões, 3 anos atrás, eu, todo ano, eu ia exigir a fiscalização dessa empresa, porque, para mim, ela está sob suspeita, e não ficar 3 anos depois sem ser fiscalizada diante de tantos erros que foram apresentados. Essas pessoas têm que ser inquiridas aqui.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidenta, pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Havia pedido anteriormente, estava com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sra. Presidente, é que o Deputado Nelson Bornier, me permita, Deputado Eduardo Cunha.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Eduardo Cunha estava com a palavra.



O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Pois é. Mas eu queria pedir permissão ao Deputado Eduardo Cunha, porque, enquanto...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - O Deputado Eduardo Cunha estava com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu concedo.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Enquanto o Deputado Eduardo Cunha estava com a palavra, o Deputado Nelson Bornier fez um questionamento dirigido à minha pessoa. Eu preciso responder.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu concedo, V.Exa. me assegura...

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O Deputado Nelson Bornier me perguntou se eu vou requerer a convocação ou se eu vou trazer o Secretário. A tarefa que me foi atribuída foi buscar um determinado volume de documentos em São Paulo, e eu cumpri. Cabe ao Plenário da CPI, e se alguém propuser um requerimento convocando, eu apoiarei e votarei favoravelmente. No entanto, para mim, enquanto não houver análise desses documentos, eu não vejo razão para eu propor a convocação. Se o Deputado Nelson Bornier quiser propor, é um direito que lhe assiste. E eu declaro de antemão que votarei favoravelmente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Pela ordem, só para complementar. Eu não posso entender. Sra. Presidente, eu só quero dizer para a senhora uma coisa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, eu acho que, veja bem, nós estamos monopolizando uma sessão por uma questão que pode ser esclarecida se V.Exa. insistir...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu acho que nós temos que ajudar até o Estado de São Paulo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Ótimo, eu concordo com V.Exa....

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sabe como? Se foi cobrado um auto de infração desse, em 1 ano ...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Agora, eu gostaria de dar andamento ao trabalho desta CPI. Há uma sugestão que V.Exa. se sentir à vontade faça a convocação, e estão à disposição os documentos necessários. Eu



acho que, depois que todos fizerem uso dos documentos que estão à disposição desta CPI, poderão tomar a decisão que bem entender. Agora, não vamos parar o trabalho desta Comissão, Deputado. V.Exa. é extremamente competente...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sra. Presidente, sabe o que é isso? Sabe o que me paira é um auto de 20 milhões num 1 ano, e 3 anos depois, não se faz mais...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Vou ter que passar a palavra ao Deputado Eduardo Cunha, por favor. Deputado Eduardo Cunha.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidente, um momento, eu só gostaria de conseguir a minha curta fala.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A palavra está dada ao Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Bom, Sra. Presidente...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - A palavra está dada ao Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidente, no primeiro depoimento feito pelos depoentes, com exceção do que foi acrescido hoje, a pergunta acerca do auto de infração foi levantada por mim, como o primeiro Deputado a fazer o interrogatório. Também foi de minha autoria a solicitação, que foi atendida pelo Presidente e pela Comissão, de transformar em deliberativa e fazer a quebra do sigilo fiscal e bancário não só da Empresa Apolo, como de todos os seus sócios da empresa de transportes e das pessoas físicas, inclusive do Sr. Joaquim Mariano. Todos os fatos, alguns desses fatos que o Deputado Luciano Zica está trazendo são frutos provavelmente de algum sigilo bancário quebrado ou de comprovações de pagamentos. E o auto de infração por mim levantado foi naquele momento respondido. As conclusões de uma CPI, mesmo que o teor de relatório não contemple a forma como cada um possa entender como o mais correto segundo a sua visão, toda e qualquer documentação — e aí o sigilo bancário e fiscal, que provavelmente não chegará a tempo ou fim dos trabalhos da CPI — irá para o



Ministério Público Federal. Nós fazemos CPI para encaminhar para o Ministério Público. Cabe ao Ministério Público Federal fazer a análise e promover ou não as denúncias criminais correspondentes a cada enquadramento que for pedido por esta CPI. Então, de sorte que eu queria colocar essa ordem, que é a ordem correta, o auto de infração por mim levantado, o sigilo bancário e fiscal foi por mim pedido. Se existe, como o Deputado Luciano Zica falou, uma empresa que talvez não tivesse sido contemplada no seu sigilo bancário naquele momento, eu acho até que deveria ser requerido para aditivar, se fosse o caso, porque aqui parece que há outras coisas. Mas eu quero dizer que eu não vejo razão para que a gente comece a colocar aqui sob suspeição até de vida do nobre Deputado. Eu acho que não é o caso. Nós estamos aqui num processo investigativo sério — e eu posso falar isso porque foi levantado por mim. Como mesmo disse o próprio Deputado Luciano Zica, a razão do depoimento dessa empresa foi a análise das notas fiscais por mim requeridas e que foram cumpridas. Então, vamos colocar... Porque não pode passar impressão para a CPI e para a opinião pública que os atos decorrentes do que está aqui acontecendo são única e exclusivamente uma atuação individual de quem quer que seja, inclusive minha. Então, ou nós temos o espírito de que somos uma Comissão e não um Parlamentar de inquérito. Não existe o Parlamentar Eduardo Cunha de inquérito, como também não existe o Parlamentar Luciano Zica de inquérito.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - O Parlamentar Luciano Zica entregou os documentos que trouxe ontem...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, eu não estou criticando V.Exa. Não estou criticando. Eu estou falando genericamente. Tanto que eu coloquei o meu nome em primeiro lugar. Então, eu quero deixar essa situação muito clara, porque às vezes uma palavra pode nos colocar a todos sob suspeição, e eu não quero ter aqui qualquer suspeição de conivência com qualquer coisa de qualquer natureza. Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Rubem, que está inscrito para falar, o Deputado Rogério, que chegou atrasado, está inscrito para falar, gostaria que V.Exa. esclarecesse. O senhor pediu que fosse aplicada a Resolução nº 29 e ela fala sobre



vários itens, em que artigo... Fala sobre sigilo, queria que V.Exa. esclarecesse, por favor.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, antes disso eu queria dizer que, então, eu mesmo serei o autor do requerimento para convocar o Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo e todos os fiscais envolvidos nessa fiscalização, que perdurou por 1 ano e 7 meses, toda essa documentação. Isso eu acho que é crime, e eu mesmo o farei. E quanto à questão da Resolução nº 29, o seguinte: *Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e promulgou a seguinte resolução...* O art. 3º, são os graus de sigilo: “*secreto, para documentos que requeiram elevadas medidas de segurança e cujo teor ou característica só possa ser do conhecimento de pessoas que, embora sem ligação íntima com o seu conteúdo ou manuseio, sejam autorizadas a deles tomarem conhecimento em razão do desempenho de cargos ou função*”. Isso aqui, é claro, evidentemente, não para os membros desta CPI. Então, eu esto pedindo para que se faça, ao art. 3º, na questão da diligência ontem efetivamente feita por mim e pelo Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente, Presidente... Eu queria fazer um apelo aos senhores membros da CPI para que a gente... Vamos ser práticos. Agora vem o Deputado Santiago fazer inquirição. Vamos deixar essas questões menores aí, parece que há uma disputa aí de Estado, entre Minas, ou Rio e São Paulo. Deixar isso para depois, vamos tocar a CPI, fazer o que tem que ser feito. O Deputado Luciano Zica e os outros, vamos ter bom senso. Nós temos saído daqui de madrugada todo dia, e hoje nós temos que viajar. Então, por favor, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Agora, eu não gostaria, realmente, me desculpe Deputado André...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - O meu requerimento não está rejeitado não. Já mandei fazer e eu vou convocar o Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo e os fiscais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. tem todo o direito de fazê-lo. E eu quero reportar-me aqui à Resolução nº 29 que V.Exa. apelou, Deputado André Luiz, V.Exa. fez um apelo e pediu o deferimento da Mesa. A Mesa deferiu, no entanto, ela tem que consultar o Plenário. Na questão da classificação de



documentos, se sigilosos ou não, cabe ao Plenário decidir. Todos estiveram atentos à proposta do Deputado André Luiz?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Não tem número para decidir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Poderia novamente fazer uso do microfone?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente, se vai ter decisão, nós precisamos ter pelo menos 13 Deputados em plenário, temos 11.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Precisa ser transformada em deliberativa, Sra. Presidente. E já é uma deliberação a ser tomada e não há... para depois até aceitar essa decisão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu queria propor ao Deputado André Luiz, para o bom andamento do trabalho, que V.Exa. pudesse fazer isso em outra sessão deliberativa, sem prejuízo do seu requerimento.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidente, eu fiz, já o fiz, eu não posso retirar, já o fiz.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. pode refazê-lo em outra sessão. Senão terei que colocar, votar a sessão para transformá-la em deliberativa, não terá *quorum* e nós teremos o trabalho prejudicado. Não há prejuízo dessa decisão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Sra. Presidenta, eu vou consultar os pares aqui, ver o que eles acham e volto falar com a senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - V.Exa. tem toda liberdade.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - A senhora pode suspender os trabalhos por uns 2 minutos?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pois não, suspendo os trabalhos por 2 minutos.

(A reunião é suspensa.)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Declaro reabertos os trabalhos da CPI, concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Espera aí, eu tenho que falar sobre...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Ah, V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - A senhora esqueceu por que suspendeu a sessão por 2 minutos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não, não esqueci.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - ...a pedido do nobre André Luiz.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Pensei que V.Exa. ainda estava discutindo o assunto com os seus pares.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado André Luiz, V.Exa. pode dizer qual foi a sua decisão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Minha não, a decisão dos nossos pares aqui é que nós suspendemos esse requerimento para que seja votado posteriormente em uma sessão deliberativa. Não estou retirando, estou suspendendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Então, V.Exa. retira desta sessão, porém deseja que ele esteja pautado para a próxima reunião deliberativa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Mantenho. Juntamente com o meu requerimento convocando o Secretário de Fazenda e os fiscais do Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Rogério.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Deputada Presidente Rose, eu, conforme essa Presidente falou, eu cheguei atrasado a esta reunião, onde existe várias testemunhas para serem ouvidas. Alguma notícia do que houve antes sobre a questão das testemunhas eu escutei entre os amigos. Eu queria só uma explicação da Mesa no sentido do que está transformado esta reunião, se vão ser as



testemunhas, os depoentes que vão ser ouvidos ou se vamos estar deliberando nesta reunião?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Se nós vamos estar?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Deliberando, transformando esta reunião em deliberativa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Não, acabamos... O Deputado André Luiz, Deputado Rogério, retirou e colocou a sua proposta, o seu requerimento verbal para a próxima reunião deliberativa. E não chegamos nem a propor e colocar em votação a reunião deliberativa agora. Portanto, esta sessão é de audiência pública.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Aí eu concluo, então, a minha questão de ordem. Se é uma sessão de audiência pública, nós não podemos estar discutindo uma matéria fora da questão da audiência pública, matéria de assunto de deliberação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, eu esclareço a V.Exa. que, da maneira mais democrática possível, eu não posso filtrar as questões de ordem de Parlamentares. Não posso estar dentro de cérebro de cada um e entender qual a questão de ordem. Se colocada a questão de ordem, cabe à Mesa ouvir e, aí, consentir ou não.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sra. Presidenta. Não foi isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Nós fomos cumprir uma diligência, em nome desta CPI, encaminhada pelo Presidente desta Casa. Lá chegando, nós apreendemos diversas documentações originais, computadores. E há uma responsabilidade. E, por isso, eu, juntamente com o Deputado Nelson Bornier conversando na responsabilidade que nós teremos, eu argüi a Resolução nº 29. Como não está sendo deliberado hoje, estou marcando... Mas é uma responsabilidade ter trazido, tirado de uma empresa vastas documentações originais, computadores, enfim, vários acervos, que, até então, é nossa responsabilidade. Por isso estou argüindo a Resolução 29 e tenho a responsabilidade dessa documentação.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Está esclarecido, Sr. Deputado. Passo a palavra ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu me reservo o direito de perguntar. Sr. Alexandre, na sessão anterior, o senhor fez referência a valores da ordem de 20 milhões, até discriminou, em tese, o que seria o principal, o que seriam os encargos, falou até do Tribunal de Impostos e Taxas.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Correto.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor poderia sintetizar quantos são os autos de infração que hoje correm no Tribunal de Impostos e Taxas conta a Apolo?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Que eu tenha conhecimento, somente esse auto de infração.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Só um auto de infração.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Que eu tenha conhecimento.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Que é referente a essas notas que não foram registradas na entrada das mercadorias na empresa?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Eu não entendi o questionamento.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Esse auto de infração ao qual o senhor se refere, que nos dá conhecimento que é o único que corre...

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Foi aquele que eu relatei na sessão passada.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - É o mesmo ao qual se referiu o Deputado Luciano Zica, das notas referentes ao ano de 2000, relação das notas fiscais de compras efetuadas pela empresa Apolo Petróleo junto à empresa Petroquímica União não escrituradas nos registros contábil e fiscal. Valor total comercializado, 50 milhões, 690 mil, 622 reais; lançamento do imposto, que não teria sido lançado pela não-entrada da mercadoria, 9 milhões, 124 mil, 299. São os mesmos assuntos?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - É o mesmo assunto. É o que eu coloquei a V.Exa. que até, à época, foi contratado um escritório para efetivar



a defesa. Eu tenho conhecimento desse auto de infração, como nomeiei a V.Exa. em relação a valores, ao que seria principal, acessório, mas, efetivamente, a descrição do auto eu não tenho conhecimento efetivo para estar passando a V.Exa. Mas, pela coincidência de valores, realmente é o único.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então há um único processo transitando perante o Tribunal de Impostos e Taxas contra a Apolo.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Isso. Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E é referente ao não-lançamento da entrada dessas mercadorias.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Como acabei de dizer a V.Exa., da motivação lançada pelo Fisco realmente eu não tenho conhecimento. Tenho... Realmente, essa coincidência em relação aos valores que me foram passados como atuação, esse recurso que foi interposto perante o TIT.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor também representa a Apolo junto ao Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo ou são outros advogados?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - São outros advogados.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor poderia nominá-los? Eles são também funcionários da empresa ou a empresa os contratou temporariamente para executar a defesa junto ao Tribunal?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - É um contrato especializado, é um escritório especializado em Direito Tributário. Realmente, mas eu não sei declinar a V.Exa., realmente, o escritório ou a...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, o conhecimento mais amudado da matéria é da órbita desse escritório, não é da sua área jurídica na empresa?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Correto. Correto. Nessa área específica, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Joaquim Mariano, no depoimento da Sra. Carolina, ela, por diversas vezes, fez referência ao senhor ter exercido a representação da Wal Petróleo. O senhor também já fez essa afirmação aqui. O senhor também fez uma afirmação que a Wal Petróleo, após a montagem da



Apolo com a Sra. Carolina como sócia majoritária, teria lhe entregue, esse foi o meu entendimento, os clientes para que a Apolo passasse a negociar com esses clientes. Então, eu queria lhe perguntar: por quanto tempo o senhor foi representante comercial da Wal Petróleo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - De 89 a ...76.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - De 89...

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - A 96.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - De 89 a 96. Quantos representantes comerciais trabalhavam para a Wal Petróleo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Somente eu.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor é o único representante que trabalhava para a empresa? Essa empresa distribuía quais produtos? Só derivados de petróleo diretamente a postos?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, somente aromáticos e alifáticos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Somente aromáticos...

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Solventes.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Solventes. Então, a Wal Petróleo trabalhava especificamente com solventes. O senhor então a representava junto aos clientes do mercado de solventes?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor poderia nos informar, pela sua avaliação da empresa, que volume de comercialização a empresa desenvolvia por ano?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Por ano...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quantos milhões de litros a empresa conseguia comercializar? O senhor, como único representante comercial da Wal Petróleo, o senhor cuidava de toda a carteira de clientes.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não. Toda, não. De São Paulo, e cheguei a vender até um pouco em Porto Alegre.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A sede de empresa era em que Estado?



O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - No Rio de Janeiro .

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A Wal Petróleo sediada no Rio de Janeiro. O senhor, no Estado de São Paulo, era o único representante comercial. Então, como o único representante comercial no maior Estado, economicamente falando, da Federação, qual era o volume que o senhor conseguia faturar em um ano, para a Wal Petróleo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Variava, mas era em torno de 4 milhões de litros.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quatro milhões de litros.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Por mês.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ah! Quatro milhões de litros por mês, 48 milhões de litros de solvente por ano. Nos 7 anos em que o senhor foi representante comercial da empresa, essa era uma média, o senhor teve algum momento de pico, de descenso?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Era uma média, porque, naquele tempo, eu me lembro de que a PETROBRAS vivia muito em greve. Então, quando a PETROBRAS entrava em greve, só a refinaria de Manguinhos é que tinha, por exemplo, aguarrás. Então, eu conseguia vender muito mais.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Culpa do petroleiro Luciano Zica, tá certo.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exato. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, exato? Bom, segundo lugar: como o senhor explica o senhor ter saído, o senhor era o único representante comercial da empresa, era o homem que tocava a venda de 48 milhões de litros por ano. Aí, o senhor sai em 96, e a Wal Petróleo lhe entrega a carteira de cliente para a Apollo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Porque a Wal abriu outros mercados, criou a Wal Postos, a Wal Química e a própria Wal Petróleo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quem eram os proprietários da Wal Petróleo, quem são, se ainda o são?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Grupo Peixoto de Castro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Peixoto de Castro.



O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Aliás, hoje a Peixoto de Castro é a Repsol, espanhola

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, eles lhe entregaram. O senhor saiu, houve algum acordo trabalhista, houve algum acerto empresa/empregado?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, porque como fiquei muito tempo com eles, realmente, como representante, eu ganhei muito dinheiro com eles. Então, na época, não houve atrito, me chamaram : "*Joaquim, vamos parar com isso; você não quer assumir? A gente faz o negócio para você, para você, bem fácil, né*". Aí eu falei: "*Tá o.k., então vou fazer e colocar minha filha*".

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - "*A gente faz o negócio para você.*" Qual foi o negócio que eles fizeram para o senhor?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Já respondi isso anteriormente, foi vender a Apolo Petróleo por 400 mil reais, em 20 parcelas.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ah, então esse foi o negócio, ou seja, quem lhe capitalizou para poder montar a Apolo Petróleo foi a Wal Petróleo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E aí deu-se por acertado o entendimento da empresa com o seu representante comercial que, a partir daí, seguia sua própria carreira como empreendedor?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não ficou nenhuma pendência comercial com a Wal Petróleo e o senhor? Remuneração, pró-labore, faturamento?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Nada. Sra. Eliana, por mais de uma vez, foi citada aqui uma outra pessoa, embora não tenha sido convidada para vir à CPI como testemunha, a Sra. Luciana. Não tenho certeza, gostaria que a senhora confirmasse, essa Sra. Luciana é sua irmã?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - É minha irmã.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela trabalha há quanto tempo na Apolo Petróleo? Desde o início?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Na Apolo mesmo, ela não trabalhou, trabalhou na VAPTRANS.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela nunca trabalhou na Apolo Petróleo?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Não. Ela trabalhou já na Apolo Petróleo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Hoje ela trabalha onde?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Na VAPTRANS.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Na VAPTRANS. Ela tem alguma responsabilidade gerencial, administrativa, trabalhista, contábil com o movimento da Apolo Petróleo?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Eu me reservo o direito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A senhora se reserva o direito de não responder? Há quanto tempo ela trabalha na VAPTRANS?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Eu não sei, precisamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A senhora não sabe? A senhora declarou aqui à CPI, talvez de forma muito sucinta, que é a responsável, digamos, entre outras funções, pelo preenchimento do cheques. A senhora faz os pagamentos. A senhora também é responsável para receber o faturamento das vendas das empresa? Passam também pelo seu controle?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Passam pelo controle de quem?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Eu me reservo no direito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A senhora acha então que declinar na CPI quem é a pessoa que trabalha formalmente na empresa, o responsável pela receita da empresa, isso pode lhe incriminar?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Eu me reservo no direito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Essa pessoa de cujo nome a senhora se reserva o direito de não declinar, ela trabalha registrada na empresa?



A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Eu me reservo no direito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela trabalha clandestina na empresa?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Eu me reservo no direito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Há quanto tempo existe um funcionário responsável pelo processamento da arrecadação das vendas da empresa?

A SRA. ELIANA KOTAKI BOTELHO - Eu me reservo no direito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Esse deve ser, portanto, um setor interessante da empresa. A todas as perguntas são negadas as respostas à CPI, segundo a decisão do Supremo Tribunal Federal, direito de permanecer em silêncio, caso a resposta possa vir a incriminar o depoente. Então, para tantas negativas, talvez a CPI tenha que aprofundar suas investigações sobre esse setor da arrecadação, das vendas da empresa. Sr. Joaquim Mariano já declarou que é o responsável pelas compras. Hoje, Sr. Joaquim, a Apolo Petróleo distribui especificamente que produtos?

O SR JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Solventes.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Apenas solventes?

O SR JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor diria, convivendo na empresa, embora não tenha responsabilidade específica, que é conferida a uma outra pessoa, certamente misteriosa, porque não se consegue nenhuma informação sobre quem faz a arrecadação da empresa, mas o senhor diria que a empresa hoje, ela tem o quadro de clientes, dos que compram da Apolo Petróleo, o senhor diria que é um quadro pulverizado em pequenos clientes ou tem grandes clientes e o senhor poderia, por convivência na empresa desde o início, o senhor teve o apoio do grupo Peixoto de Castro para montagem da Apolo, honrou os pagamentos, está no quadro da empresa como gerente comercial, responsável pelas compras, compras e vendas são negócios casados na vida de uma empresa. O senhor diria que os clientes da Apolo, o senhor poderia identificar quem são, digamos, os 5 principais clientes da Apolo?



O SR JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Me reservo o direito de permanecer calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Presumo eu, que estou lhe perguntando, que, à luz da decisão do STF, é uma resposta que pode lhe comprometer. Então, se pode comprometer os depoentes a identificação da pessoa que é responsável pelas vendas e se pode comprometer os depoentes a identificação de quem são os maiores clientes, me parece que as vendas e os clientes são os maiores problemas para esta CPI dentro da Apolo Petróleo, pelos depoimentos que estamos obtendo aqui. Quem compra da Apolo, quanto paga ou qual é a arrecadação pertinente às vendas e quem são os seus clientes 5 estrelas, digamos assim, esse, me parece, que é o maior problema, até porque um dos aspectos de investigação da CPI é não apenas a sonegação, mas a adulteração Vamos passar aos postos. Como é o nome do senhor seu filho que é proprietário de 9 postos, segundo o seu depoimento, o nome todo?

O SR JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Luciano de Medeiros Mariano da Silva.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Há quanto tempo o Sr. Luciano toca esse negócio dos postos no Rio de Janeiro? Quando ele começou?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Acho que há uns 3 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Há uns 3 anos. Qual é a idade dele?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Vinte e oito.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vinte e oito anos. Para que ele iniciasse o negócio, o senhor concorreu com algum aporte de capital ou restou ainda algum apoio do grupo Peixoto de Castro? De onde vieram os recursos para que se fizesse a abertura desses negócios?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, o seu filho, de algum lugar, tirou os recursos para poder entrar nessa rede de postos. São 9 postos, todos na cidade do Rio de Janeiro ?



O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, são espalhados no Estado do Rio.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Espalhados no Estado do Rio de Janeiro. Qual é o posto do seu filho que fica mais próximo da sede da Apolo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - A Apolo fica em Lorena, Estado de São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não estou lhe perguntando a localização, estou lhe perguntando a distância. Qual o posto mais próximo, já que fica espalhado no Estado do Rio de Janeiro: norte, sul, leste, oeste, fronteira com São Paulo? Qual é o posto mais próximo? Fica a que distância?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu acho que é na cidade do Rio de Janeiro mesmo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não, eu lhe perguntei se os postos eram na cidade. O senhor respondeu que são espalhados pelo Estado de São Paulo. Aí eu estou lhe perguntando: se são espalhados, qual é o posto mais próximo, em São Paulo, da sede da Apolo, que fica no Município de Lorena?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu acho que é o do Centro... os postos na cidade do Rio, porque tem posto em Cabo Frio. Eu acho que...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, os que são na Capital são os mais próximos da base da Apolo, na cidade de Lorena. Os postos que o seu filho gerencia são exclusivamente de sociedade dele? Ele é o único sócio cotista?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Ele e... eu não sei se ele colocou mais algum sócio com participação pequena.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas o senhor admite que há outros sócios?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - É, eu acho que há, porque, veja só, ele não pode ser 100%, é uma limitada. Então, eu acho que ele colocou um primo dele, que trabalha com ele, com uma porcentagem de 1%.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu volto a lhe perguntar. o senhor já disse que se reserva o direito de permanecer calado, mas, efetivamente, permanecer calado, hoje e amanhã, pelas vias normais da CPI, junto à Junta



Comercial do Rio de Janeiro, obter as certidões narrativas, a composição do quadro societário, capital integralizado dos postos, isso não vai implicar nenhuma complicação, nenhuma incriminação. Então, o senhor, por experiência comercial, tem essa noção. Então, para que o senhor não perca a oportunidade de colaborar com a CPI, volto a lhe perguntar sobre a origem dos recursos para a abertura dos postos. Antes disso, eu lhe pergunto: os postos são propriedade do Luciano — o empreendimento, o imóvel onde está localizado — ou são postos arrendados de outros proprietários? São propriedades ou são arrendamento?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Alguns são só fundo de comércio, e alguns são com a propriedade.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Alguns são fundo de comércio e outros são propriedade. Então, voltando à pergunta inicial: no começo dos postos, o senhor o influenciou? O senhor chegou a propor a ele que entrasse nesse ramo? Ou ele teve a iniciativa própria? Ou foi junto a outros empreendedores que ele teve o estalo, digamos assim, para iniciar na rede de postos?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, eu me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pois não. Então eu vou voltar à mesma pergunta de antes, já que nós podemos facilmente obter, apenas para que nós nos antecipemos. O financiamento, seja para o arrendamento de fundo de comércio ou para a apropriação, compra dos postos, teve o aporte da Apolo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu me reservo o direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então vamos à sua procuração. A sua procuração na Apolo Petróleo lhe dá direito a que responsabilidades? Que atribuições o senhor tem na procuração conferida pela Apolo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Gerenciar.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Gerenciar. Então vamos destrinchar essa expressão, esse verbo da 1ª conjugação: gerenciar. O senhor tem amplos poderes, eu diria, para gerenciar os negócios da Apolo Petróleo, é isso?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Isso.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, tem poderes relacionados a assuntos financeiros com os bancos, a negociar prováveis aportes de capitais, cartas de fianças para que se ampliem os negócios. O senhor tem total responsabilidade, total liberação da sócia D. Carolina, da outra sócia, D. Eliana, para tocar o empreendimento. É isso?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, isso, na prática, lhe dá quase que a condição de ser o proprietário de fato, o responsável de fato, porque na medida em que o senhor tem essa responsabilidade ampla, e os negócios vão mal, a empresa vai mal. Então, o senhor é o principal responsável para que a empresa chegue a esse desempenho. Uma última pergunta. Não sei se já foi respondida na sessão anterior, se já tiver sido me perdoe, mas qual tem sido o quadro de aquisição de solvente da Apolo Petróleo? No ano de 2002, qual foi o volume adquirido pelo Apolo Petróleo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Me reservo o direito de permanecer calado, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor acha que há alguma divergência? Eu não me recordo que a D. Carolina tenha falado disso ao Sr. Alexandre. Talvez eu possa perguntar ao Sr. Alexandre...

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Não, na data a gente trouxe os relatórios, que realmente demonstravam os volumes adquiridos. Houve até uma divergência com o nobre Deputado Eduardo Cunha em relação aos volumes, mas a gente fez simplesmente a leitura de relatórios. Agora, precisamente, dizer para o senhor, eu trouxe até, acho que se encontra no carro, um relatório a respeito de todos os volumes de 2002/2003.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Bom, para concluir, Deputada Rose de Freitas, eu perguntaria indistintamente a todos os depoentes, já que estão lá na Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo documentos que sinalizam a aquisição de mercadorias que não teriam sido registradas no livro de entradas da empresa. Há também informações referentes à listagem dos veículos responsáveis pelo transporte dos produtos vendidos pela Apolo. O Deputado Luciano Zica fez diversas perguntas que ficaram sem resposta, e, evidentemente,



que CPI ao ter apreendido aos documentos, que não foram analisados, embora se tenha dito que não há nada que possa vir a constranger os nobres Deputados que foram a Lorena, eu perguntaria: se a CPI propusesse aos senhores sócios da Apolo uma colaboração a ser negociada com o Ministério Público, em função do processo de sonegação fiscal, da comercialização de solventes, e das perguntas que os senhores não responderam com receio de que as respostas lhes incriminassem, os senhores aceitariam, com a tutela dos Ministério Público, colaborar com o andamento das investigações?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, eu continuo calado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, é um direito que lhe assiste com as conseqüências que o senhor vai arcar. Obrigado.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Por favor, Presidente, eu queria fazer uma retificação. Aquele termo que eu usei aquela hora de “exato”, eu gostaria que fosse retirado, saiu em relação ao Deputado Zica.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu solicito que seja retirado da degravação a palavra “exato” usado pelo Sr. Mariano em relação à observação feita pelo Deputado Paulo Rubem quanto à questão da greve dos petroleiros com a participação do Deputado Luciano Zica. Considero retirada a expressão.

(Intervenção ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado Rogério, o senhor está com a palavra, para fazer as suas perguntas, para que possamos encerrar a sessão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Primeiro, eu gostaria de pedir a Presidente que não fosse retirado nenhuma expressão da degravação, porque são testemunhas, estão prestando esclarecimentos aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, vou esclarecer a V.Exa., que não estava ausente no momento. O Deputado Paulo Rubem... isso é um pouco de exagero. O Deputado Rubem fez uma brincadeira se referindo ao Deputado Luciano Zica, dizendo que... Ele dizia que a PETROBRAS ficava em greve algumas vezes, e, aí, o Deputado disse que a greve era por conta



do Deputado Luciano Zica. E ele, inadvertidamente, todos observaram isso no plenário, respondeu “exato”, e tem todo o direito de retirar a palavra “exato”, que não compromete em nada o seu depoimento. Acho que é uma rigidez desnecessária.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Essa expressão, eu realmente acompanhei, aqui estava presente. Pensei que fosse outro tipo de expressão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Muito bem, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sra. Presidente, é que na audiência passada, nós tivemos aqui a D. Carolina, o Sr. Alexandre, acompanhado do seu advogado, e aqui nós fizemos vários questionamentos. Um dos maiores questionamentos que eu fiz foi na questão da D. Carolina não ter quase resposta nenhuma para a movimentação da empresa, e nem como ela adquiriu essa empresa. Hoje, com a presença do Sr. Mariano, seu pai, que emancipou a D. Carolina naquela oportunidade, colocando a empresa em seu nome, coisa que foi o fato que eu mais questionei naquela oportunidade. E eu queria dirigir a minha palavra ao Sr. Mariano. As explicações que o senhor deu hoje aqui, que eu até não acompanhei, mas eu escutei de pessoas que estiveram, sobre a formação da Apolo. Naquela oportunidade, o senhor representava qual empresa mesmo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - A Wal Petróleo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Por que o senhor não poderia ter colocado a empresa no seu nome naquele momento e colocou no nome da Carolina?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, eu me reservo no direito de permanecer calado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor pode pedir esse direito de ficar calado, mas o senhor não está aqui como indiciado, e nem tampouco essas perguntas que eu estou lhe fazendo vão te incriminar em momento algum. Eu só quero um entendimento, porque são coisas que eu queria esclarecer. Porque a sua filha, na oportunidade, na reunião passada, ela não teve condições de esclarecer. Essas respostas não vão ter nenhum... Ao contrário, vão ajudar a gente ter um esclarecimento sobre a situação. Eu quero dizer para o senhor uma coisa até importante. O nosso País tem tido essa prática de caça às bruxas pela Polícia Civil,



pela Polícia Federal, pela Receita Estadual, pela Receita Federal, por esta CPI, por outras CPIs, e as pessoas que, como vocês hoje estão aqui nesta CPI, têm de ter oportunidade de demonstrar para os mecanismos de investigação a forma que trabalham, como trabalham, são pessoas que inserem no meio social brasileiro, da sociedade onde residem, que geram emprego. Às vezes, têm algumas perguntas que são tendenciosas, maliciosas, têm outras que não. Então, o senhor não precisa ter esse receio de responder às perguntas que eu vou lhe fazer, a não ser que for um levantamento de nota fiscal, o encontro de uma nota de uma empresa, ou de uma empresa fantasma, ou de uma transportadora, ou não, que poderia, sim, vir a lhe prejudicar. Aqui, por exemplo, o senhor tem aí um auto de infração de mais de 20 milhões, é isso Sr. Alexandre que vocês estão discutindo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exato.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Embora os nossos Deputados juristas não estejam presentes aqui, mas qualquer um sabe que qualquer multa não pode ter o poder de confisco, não é verdade?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Sem dúvida alguma, até pelo que a multa nesse caso é superior ao tributo imposto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Eu queria, se o senhor pudesse ir respondendo as minhas perguntas nesse sentido, para a gente ir esclarecendo esses fatos. Quem sabe até melhorar a sua defesa nesse sentido. Se a sua empresa é uma empresa que você construiu com a sua filha, ou com o seu filho, ou no meio dos seus amigos, pensando em melhorar o futuro da sua família, em gerar mais empregos, não tem por que o senhor não responder a essas perguntas aqui. Essa pergunta que eu lhe faço, ela não vai te incriminar em nada. Seria, naquele momento, o senhor poderia ter colocado a empresa em seu nome? E não é crime o senhor ter colocado em nome de sua filha ou não.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, foi uma conveniência comercial.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas o senhor não tinha nenhum tipo de inadimplência naquele momento que não podia colocar no seu nome?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, me reservo no direito de permanecer calado.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, provavelmente, deveria ter alguma inadimplência, alguma coisa naquele sentido que não poderia abrir essa empresa no seu nome.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu me mantenho reservado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Naquele momento em que o senhor representava a Uol Petróleo...

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Wal Petróleo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ah! Wal Petróleo. Eu não conheço esse negócio de solvente, esses solventes são usados só para combustível, petróleo, são usados para quê?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Formulação de tintas, vernizes, colas, seladoras etc.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Por que coloca sempre o nome do petróleo na ponta? Ele tem muita ligação com o petróleo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - É um derivado de petróleo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Todos os solventes são derivados de petróleo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Todos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, assim se formou a Apolo Petróleo. Eu sei que o senhor não faz isso. Pelo visto, o senhor não vai estar vendendo solvente para uma distribuidora, porque se uma distribuidora comprar solvente, é claro que vai ser para quê? Para misturar na gasolina, não é verdade? Então, os seus clientes são do setor de verniz, de tinta e mais o quê, mesmo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Colas, resinas, tem uma gama grande. Até tem produto que é usado para fazer dinamite. Tem produto que é controlado pela Polícia Federal, inclusive, que pode usar para...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Cola de sapateiro, é isso?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, para refino até de cocaína, que é o caso do produto chamado tolueno. Então, para você comprar isso, você tem que ter autorização especial da Polícia Federal. E você só pode vender para quem também tem essa autorização.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E para fazer cola, por exemplo, de... fazer compensado, fazer produtos mais... produtos inacabados, móveis? Que tipo de solvente se usa para fazer esse tipo de cola, o senhor sabe?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não sei, Deputado. Eu não sou químico e nem engenheiro químico.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas o senhor teria no seu... nos clientes da empresa alguma empresa de fábrica de cola para madeiras?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não sei responder.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Fora do... Guarulhos, na empresa...

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, senhor, Lorena.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Ah, Lorena! Fora de Lorena, no Estado de São Paulo, digamos para Manaus, para o Centro-Oeste, para Cuiabá, para Brasília, o senhor tem clientes nessas outras regiões?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Quando a ANP dá o título de distribuição como empresa, é a nível nacional.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim. Mas o senhor, então, tem um movimento a nível nacional?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, o título é para nível nacional. Você pode vender onde você quiser.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Vamos dizer: no Mato Grosso, o senhor tem algum cliente?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, reservo-me no direito de permanecer calado. É que eu não conheço o setor de vendas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Na empresa, o setor que o senhor trabalha qual setor seria?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu não fico na empresa, Deputado, eu fico em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas o senhor é funcionário da empresa. Ou não é mais?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, me reservo ao direito de permanecer calado.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor é funcionário da empresa ou não é? Essa pergunta...

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Eu sou, já falei isso anteriormente. Eu sou registrado na empresa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E trabalha em São Paulo, na Capital?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - É. Eu só cuido, na Apolo, de compras.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Tem um escritório só de compras?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - O senhor trabalha fora da empresa, efetua as compras e passa, por telefone, para a empresa: "olha, comprei tanto, assim, assado", e paga à empresa tal?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Na verdade, esse é o sistema de quotas, Deputado. Então, como eu já estou no mercado em função da Wal Petróleo, porque eu já conheço, então, faço os contatos, depois eles cuidam de retirar, de fazer essas...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Esses contatos o senhor faz por telefone, e a empresa fica sabendo dos contatos que o senhor fez por telefone?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Sim.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E o senhor guarda na cabeça os números ou o Sr. faz por *fax*, escreve? Como é que o senhor faz?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - São pouquíssimas empresas que fabricam, Deputado, duas ou três.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim, de qualquer maneira, a compra é feita de uma vez só?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - A compra, na verdade, Deputado, é quota. O senhor acerta uma quota, e aquilo fica.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Sim. Então, quer dizer que o senhor vai fazer a compra também? O senhor acerta no início do ano para o ano todo?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - É.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Quando o pessoal esteve lá em Lorena o senhor estava lá na empresa?



O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Estava na transportadora.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Que é do lado da empresa?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - É próxima.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Então, o senhor não fica em São Paulo, o senhor fica do lado.

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Não. Ontem, por acaso, eu fui a Lorena, na transportadora. Eu fico em São Paulo. De vez em quando, quando tenho tempo, eu vou até a transportadora para ver.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - E em São Paulo, o senhor fica tendo outra atividade, ou não?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Tenho. Nós temos outra empresa, que já falamos, é a Power Clima, que faz... é uma fábrica de climatizadores, que requer mais a minha presença.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Climatizadores? O que é isso, por favor?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - É um aparelho que foi desenvolvido na Argentina, nós temos a patente da invenção; é um aparelho que vai em cima da cabine do caminhão. Ele pega o ar quente, sujo e filtra e refresca o ar para o motorista poder dormir, à noite, em regiões quentes. E não resseca o ambiente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Em qual região de São Paulo fica essa empresa do senhor?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Em Santo Amaro.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Quer dizer que na questão da contabilidade da empresa o senhor não tem tanto conhecimento também, não é?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Mas o Sr. Alexandre pode me responder. Esse auto de infração foi feito em cima de notas fiscais que não foram dadas entradas na empresa.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Eu já havia relatado anteriormente que me foi questionado em outra oportunidade, no dia 14, realmente se existia algum auto de infração em desfavor da Apolo Petróleo, e realmente



mencionei que sim. Entretanto, esse fato foi encaminhado por um escritório em São Paulo. A fundamentação acostada aos autos... ao auto de infração, especificamente, eu não tive conhecimento. Pude até mencionar o valor, porque realmente é um valor alto e realmente chegou ao meu conhecimento. Mas eu já teria até explanado essa situação para o... Eu até esqueci o nome do nobre Deputado do PT... o Paulo Rubens.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Paulo Rubens. Quem recebeu essa fiscalização quando foi lá e achou essas notas fiscais que... você achou as notas fiscais ou fizeram levantamento em outras empresas que emitiram nota fiscal e que não foi dada entrada nos livros?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Eles fizeram uma coleta genérica, dentro da empresa, de documentos. Então, eu não sei dizer. Como eu não tive acesso, especificamente, a toda a fundamentação constante do auto de infração...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Quem recebeu esses casos lá na empresa?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Estavam todos os funcionários da empresa. É que foi uma diligência...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – A Dona Eliana estava lá?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Se não me engano, se encontrava. Eu me encontrava no momento da diligência também. E outros funcionários realmente estavam operando lá, realmente, a base da nossa empresa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Sei, mas normalmente uma empresa quando vai comprar algum produto e que vai vender sem nota fiscal, essas notas de entrada não vão ficar na empresa. O que é que aconteceu de eles chegarem lá e acharem essas notas que não foram dadas as entradas e nem a saída?

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Como eu disse a V.Exa., foram apreendidos vários documentos na empresa. Não sei dizer a V.Exa., realmente, a base, o fundamento legal para a aplicação da multa. Só sei que existiu, realmente, a diligência.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – O Deputado Paulo estava dizendo aqui: 52 milhões de notas. É isso mesmo?



O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Eu não tenho conhecimento desse fato. Realmente, está constante do auto de infração. Eu acho que a melhor forma, até para não incorrer em algum erro perante V.Exa., seria realmente compulsar esse auto de infração e realmente ter a veracidade em relação a tudo. Porque eu não tive acesso específico.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Sr. Alexandre, deixe-me esclarecer um fato aqui que é importante para você saber. Esta CPI é uma CPI de adulteração, de máfia do combustível, de sonegação fiscal e de indústria de liminar.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Entendi.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – A questão fiscal vocês já estão respondendo.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – A questão que estamos discutindo, porque houve o laudo, o auto de infração...

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Não é verdade? Aqui, não vai ser o mérito que nós vamos questionar. Na questão passada, que eu questionei muito a questão da Dona Carolina como proprietária, é por quê? Porque as informações que chegaram a esta CPI é que alguém colocou a Dona Carolina como testa-de-ferro numa empresa para vender solvente para fazer mistura no combustível. É essa a questão. E, naquela oportunidade, ela não soube dar essa explicação, e nem você, naquele momento, soube dar essa explicação.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL – Claro.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Hoje, o Sr. Mariano está aqui dando essa explicação. Mesmo ele não tendo respondido, ele praticamente alegou que, naquela oportunidade, ele não poderia colocar no nome dele, porque ele tinha algumas pendências, algumas coisas — pode ser ou dívida, ou inadimplência ou isso, aquilo outro. E que para preservar o patrimônio da empresa, preservar o conhecimento de mercado que ele tinha, preservar uma carteira que ele tinha de clientes, ele pegou a pessoa de confiança dele, emancipou, e colocou a empresa dele no nome dela. Não é crime nenhum fazer isso.



O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - É, acho que está atendendo os princípios constitucionais de livre iniciativa, não é?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Exatamente. Então, nesse fato e com a presença dele aqui ficou explicado.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Correto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Qual é o fato que nós queremos chegar ao ponto? E a pergunta que eu tenho feito é essa: se tem uma quantidade de notas fiscais que não foi dada entrada, significa que houve uma venda sem nota.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - O senhor até colocou o fato relativo ao ano de 2000, não é?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Exato.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Eu até, na reunião passada, coloquei no seguinte sentido: de que realmente comecei a prestar serviço para a empresa no ano de 2001. E, realmente, esse fato não era contemporâneo a minha permanência na empresa. Então, se de fato eu posso esclarecer um fato, como esclareci em outra oportunidade em relação ao valor do tributo que... O senhor está colocando até a questão de atitude confiscatória. Realmente, declinei fatos. Mas, dentro da minha honestidade e sinceridade, eu estou colocando realmente o que eu conheço, porque se tivesse colocando outras situações estaria mentindo a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Perfeito.

O SR. ALEXANDRE MAGNO DA COSTA MACIEL - Pelo simples fato de que já foi colocado que outro escritório em São Paulo, especializado em direito tributário, com muito mais habilidade do que esse humilde advogado, poderia realmente ter mais sucesso nessa demanda, o que de fato a gente realmente está almejando, pelos fatos que me foram repassados em relação à defesa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Veja só, para você ver aqui uma coisa. Eu fiz... E eu quero pedir essa compreensão ao Presidente. Me parece que só eu e o Deputado Nelson aqui... Por que esse levantamento? Pelo menos saber que, se houve uma quantidade de produtos que foi comprada, que foi emitida nota fiscal pela empresa que vendeu para a Apolo, não foi dada a entrada e foi vendido sem nota para uma outra empresa. Isso pode acarretar que o... Eu coloco aqui já o seu



Mariano, não mais a dona Carolina, porque ela é hoje uma mera representante da família dentro da empresa, dando seu nome para dar sustentação à manutenção desse patrimônio. Ele pode estar aqui, Presidente, protegendo as empresas da outra ponta que compraram esse produto sem nota. E é atrás dessas empresas que nós precisamos. Porque ele pode estar aqui não protegendo a si próprio, porque ele já está aqui. A empresa dele já está fiscalizada. Já está sendo feito o levantamento. Aliás, até numa incoerência muito grande o Fisco, com quase 2 anos, com essa documentação, ele não tomar iniciativa nenhuma, ou de fechar a empresa ou de não fechar ou de deixar ela trabalhar sossegada ou não. E nem sei se tem visitas periódicas nesse sentido. Mas ele pode estar segurando o rojão de um monte de empresas na outra ponta que compraram esse produto, que também não deu entrada e que também não deu saída. E é isso que eu queria pedir ao seu Mariano. O senhor está na outra empresa. A dona Carolina não sabe responder isso. Mas eu acho que o senhor sabe, porque essa carteira de clientes foi o senhor que construiu. Essas empresas que compraram o produto da Apolo, quando ela deixou de colocar nos livros a entrada das notas fiscais desse produto que a Apolo comprou, elas existem ainda no mercado?

O SR. JOAQUIM MARIANO DA SILVA NETO - Deputado, me reservo o direito de permanecer calado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Deputado, eu pediria para V.Exa. concluir, dado o adiantado da hora e nós ainda temos um novo depoimento.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA - Com essa resposta do seu Mariano, eu encerro o meu questionamento e aguardo os próximos, para eu participar da continuidade da reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Eu consulto o Plenário se alguém mais gostaria de fazer uso da palavra. Gostaria de consultar os que estão presentes. Inclusive, o Deputado Zé Carlos me honra com a sua presença aqui na Mesa. Nós temos ainda o depoimento, a seguir a esta sessão, da autoria...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Pela ordem, Deputado André Luiz.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – Já tínhamos discutido, como V.Exa. tinha questionado, e nossos pares acham melhor para a próxima terça-feira, até porque nós vamos ouvir...

(Não identificado) – Quarta-feira.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – Quarta-feira.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Uma questão de ordem. Só quero tentar esclarecer, nobre Deputado — se V.Exa. me permitir interferir, Sra. Presidenta —, que havíamos sugerido que se juntasse ao dia do álcool, que seria terça-feira. Meu primeiro questionamento é saber se o depoente está presente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – O depoente está presente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Ele se identificou. Gostaria, então, de que V.Exa. o intimasse a voltar na próxima terça-feira, que ele saísse daqui intimado, porque a Comissão tem interesse em ouvi-lo, e mais Parlamentares têm interesse, não só em razão do dia do álcool, mas também pela pouca presença neste momento aqui. Como é um depoimento que desperta interesse, há de se convir que é preciso haver uma presença maior. Então, solicito a V.Exa., se aquiescer com a transferência, que fosse intimado e marcado para a próxima terça-feira, que seria o dia do álcool.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Deputado, esta Presidência estava exatamente tomando os procedimentos legais quando a fome que ataca agora o Deputado Nelson Bornier, que está sem café da manhã, atropelou o processo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Se ele não tivesse vindo eu teria pedido a condução...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Como tenho de fazer de público, estou submetendo aos nobres Deputados que já acordaram o depoimento para terça-feira. A intimação: *“Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, em função da aprovação do requerimento de autoria do Deputado Eliseu Padilha e outros em reunião realizada no dia 4 de setembro, fica V.Sa. intimado, na forma do que dispõe o art. 370 do Código de Processo Penal, a comparecer perante esta Comissão Parlamentar de*



Inquérito, na qualidade de testemunha, no dia 21 de outubro, terça-feira, às 22h, no plenário das Comissões, Anexo II da Câmara dos Deputados, para prestar esclarecimentos acerca de assuntos relativos ao objeto de investigação desta CPI”.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Pela ordem, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sra. Presidenta, já que o depoente está presente, nada mais justo que V.Exa. entregar pessoalmente e tomar o recebido do depoente presente aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Solicito a presença do depoente André Luiz Dias em plenário, à mesa, por favor. Quero esclarecer a todos que se encontram presentes que esta CPI está funcionando desde as 9h da manhã, ininterruptamente, portanto, compreendo a ausência dos nobres Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – Sra. Presidenta, peço a V.Exa. que me devolva a palavra, que o Deputado Eduardo Cunha me roubou.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Perdoe-me, nobre Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – Obrigado. Quero apenas informar a V.Exa. que entrei com requerimento, agora há pouco, na secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito pedindo a prorrogação da CPI por mais 60 dias, como havia dito a V.Exa. e a nossos pares, preocupado com que o relatório não seja feito a toque de caixa, até porque ainda temos muitos documentos na secretaria sobre os quais nos debruçar, e nosso grupo de 9 Deputados tem interesse em apresentar um pré-relatório para contribuir com o Relator, para que S.Exa. não tenha de elaborar sozinho o relatório final. Há essa preocupação efetiva de que nós todos possamos participar, já que não conseguimos, à época, viabilizar as sub-Relatorias. Então, quero, ao longo deste tempo, prestar apoio ao Relator — e acho que a maioria de nossos pares tem essa preocupação. Então, pedimos prorrogação por mais 60 dias. Nosso grupo está preparando um pré-relatório; queremos dar nossa contribuição para que possamos fazer justiça a todas as empresas que aqui estiveram, prestaram seus depoimentos, forneceram documentos, enfim, para que seja feito um bom trabalho. Obrigado, Sra. Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Esta Presidência parabeniza V.Exa. pela iniciativa, compreende que o trabalho de V.Exa. junto aos seus pares é no sentido de colaborar com a Relatoria e coloca à disposição a assessoria para que possa ajudá-lo em qualquer dificuldade.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sra. Presidente, uma questão de ordem, antes de V.Exa. encerrar a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Eu queria dizer o seguinte: eu vou me encarregar de fazer a análise da documentação que foi aqui colocada à respeito da busca e apreensão feita na empresa Apolo ontem. Mas eu gostaria de deixar claro que todo e qualquer Parlamentar tem — e deve — que também buscar as mesmas informações. Não gostaria que ficasse, até porque não tenho essa delegação, com a responsabilidade única de análise e documentação. Eu o farei, porque o faria de qualquer forma. Agora, sugiro a qualquer Parlamentar interessado que faça o mesmo para que possa ter subsídio para a Comissão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Pela ordem, Deputado André.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - Todos os requerimentos entregues na Secretaria têm o carimbo de recebido, o horário, dia e é assinado pelo funcionário. Acabo de receber o meu requerimento de adiamento, que antes não estavam querendo aceitar e agora está sem o carimbo. Peço a V.Exa. que faça com que a funcionária da Secretaria possa aqui se identificar, carimbar e botar o dia e hora que recebeu o meu requerimento, por gentileza, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Sra. Ivete, Secretária da Mesa, o Deputado André Luiz faz um requerimento à Mesa requerendo prorrogação e precisa que seja aceito o requerimento para dar prosseguimento ao seu andamento na Comissão, para que possa depois colocar em pauta. Ele requer apenas o aceite, porque não foi aceitado nem carimbado por nenhum membro desta Secretaria.



O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - É justamente o carimbo. Eu queria que constasse o carimbo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Ela disse que já deu entrada na Secretaria e tem um carimbo que está ao lado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ - É sempre carimbado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) – Está recebido. V.Exa. já tem garantido que seu requerimento será apreciado. Vamos encerrar os trabalhos da tomada de depoimento de Carolina de Medeiros Mariano da Silva, Eliana Kotaki Botelho, Alexandre Magno da Costa Maciel e Joaquim Mariano da Silva Neto. Dou por encerrada a presente sessão, dispensando-os. Agradeço a todos.